



Maria Isabel Villas-Boas Sader

Literatura Delas: feminismo, interseccionalidade e a obra de
Chimamanda Adichie

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como
requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em História

Orientadora: Larissa Costard

Rio de Janeiro
2017.2

Agradecimentos

Confesso que nunca pensei muito nesse momento, no fechamento de um ciclo que durou tantos anos para mim, afinal foram quase duas graduações. Mas aqui estou, e tenho uma extensa lista de pessoas que me acompanharam nessa jornada e merecem mais do que minhas palavras.

Meus primeiros agradecimentos são à minha mãe, que dedicou seu precioso tempo a ler, reler e debater esse trabalho comigo ao longo de muitos finais de semana. Cabe aqui um agradecimento especial a todas as tecnologias disponíveis atualmente, que encurtaram nossa distância, e permitiram constantes e profundas trocas de ideias. Hoje, sinto que ainda somos mais próximas ao compartilhar da mesma graduação e de uma visão em comum de mundo.

Agradeço imensamente a meu pai, que nunca deixou de me apoiar ao longo dessas duas graduações, e me ensinou que o tempo e amadurecimento são fundamentais também na formação acadêmica. A meu irmão Miguel, agradeço pelas constantes palavras motivacionais e claro, por me ensinar que a vida é quebrar padrões, inclusive o do irmão primogênito se formar antes do caçula.

Aos meus irmãos caninos, Nelson e Guta, um agradecimento pelas longas horas de companhia enquanto eu produzia esse trabalho. Aos meus companheiros, Dila, Angela e Vanderlei, agradeço pelo apoio constante e por nunca desistirem de mim.

Agradeço a meu namorado, Felipe, que sempre respeitou minhas horas de estudo, e aprendeu a conciliar Flamengo e estudos feministas na ocupação da sala.

Agradeço a minha sócia e amiga de infância, Georgia Bonisson, que conseguiu segurar a onda de uma empresa enquanto eu tirava algumas horas por dia para terminar, o que ela já havia entregue há quase uma

década. Ao resto de minha equipe, Philipa, Victoria, Renata e Paulinha, obrigada por existirem e por cuidarem da Bossa como uma filha.

Ao meu clube do livro, meus agradecimentos pelas constantes trocas e debates literários, e por nunca deixarem se apagar a chama da curiosidade por uma nova leitura.

Agradeço a minha orientadora, Larissa Costard, por ter me apoiado na escolha do tema e me guiado ao longo deste quase um ano de elaboração de projeto e monografia. Seu olhar e questionamentos foram fundamentais na minha formação e a terei como exemplo de professora atenciosa e dedicada. Hoje, considero a carreira acadêmica como uma possibilidade graças a ela.

Agradeço todo Departamento de História da PUC-Rio por ter aberto meus olhos para o valor de um curso de graduação capaz de formar seres pensantes independente de suas carreiras profissionais.

Por fim, meus sinceros agradecimentos a professora Luciana Lombardo, que disponibilizou seu tempo, tão precioso nos dias de hoje, para ler meu trabalho.

A vocês, meus mais sinceros agradecimentos. Cada um, de um jeito ou de outro, está presente nas linhas deste trabalho.

Resumo

Esta monografia tem como objetivo analisar o lugar do feminismo na sociedade contemporânea à luz dos posicionamentos e da obra literária, particularmente o romance *Americanah*, da escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Cruzando o feminismo interseccional de Angela Davis (2016), definido a partir dos conceitos de *gênero*, *raça* e *classe*, com a construção narrativa de Adichie, o propósito desse trabalho é analisar o quadro da posição subalterna da mulher na hierarquia social tal como refletida na obra literária da autora nigeriana.

Na busca das origens da literatura de cunho e plataforma feminista, será feito um mergulho por dentro do conceito de ginocrítica, proposto e definido pela crítica literária americana, Elaine Showalter (1994). A ginocrítica se trata da construção de uma base teórica capaz de analisar a literatura a partir da experiência da mulher.

O romance *Americanah* e a própria biografia de Chimamanda Adichie são a base para entendermos como o sexismo é determinante para a experiência de opressão da mulher na sociedade e literatura. Mas não só o sexismo. Pode-se falar de um sistema de fatores, que passam pelas questões de raça e classe e que conduzem a um complexo processo de subalternização.

Desse modo, esperamos que o estudo da literatura de Chimamanda Adichie venha a funcionar como caso-modelo na busca do aprofundamento de um entendimento da posição da mulher na literatura e sociedade contemporânea.

Palavras-chave

Literatura; feminismo; interseccionalidade; Chimamanda Adichie; *Americanah*; Angela Davis; Mulheres, raça e classe; crítica literária.

ÍNDICE

Introdução	6
Capítulo Um: O território selvagem: introdução à crítica feminista	9
1.1) O Feminismo e a Ginocrítica.....	17
1.2) Biologia, Linguagem, Psicanálise e Cultura na Análise Literária.	18
Capítulo Dois: Um chamado da Nigéria: como a literatura marginal de Chimamanda Adichie conquistou o mundo.....	24
2.1) As muitas histórias de Chimamanda Adichie: vida e obra.....	24
Capítulo Três: Americanah & Interseccionalidade.....	34
3.1) Americanah: apresentação do romance	34
3.2) Personagens.....	36
3.3) Americanah & Identidade	39
3.4) Americanah & Raça	45
3.5) Americanah & Classe.....	52
Considerações Finais.....	60

Introdução

O presente trabalho busca uma nova compreensão do feminismo a partir da linguagem ficcional. A autora nigeriana Chimamanda Adichie e particularmente um de seus romances, *Americanah*, serão o pano de fundo para uma proposta de percepção do contexto histórico e social da mulher na literatura.

O tema surgiu do meu interesse natural por literatura. Cresci como uma grande apaixonada por literatura principalmente em forma de prosa de ficção e, já tendo navegado com relativa precocidade pelas obras de Charlotte Brontë, Jane Austen e Isabel Allende, nunca percebi a questão feminina dentro de suas narrativas com o olhar crítico que eu hoje lançaria. Somente ao me envolver profundamente com o romance *Americanah*, da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em janeiro deste ano, passei a observar e questionar a posição das mulheres na literatura mundial contemporânea, naturalmente utilizando instrumentos críticos desenvolvidos ao longo do curso de História. A obra de Chimamanda é minha principal fonte ao longo desse trabalho.

O romance conta a história da diáspora de Ifemelu, estudante nigeriana que vai para os Estados Unidos fugindo da condição deplorável do sistema educacional em seu país. Na América, Ifemelu é confrontada com questões de raça, classe e gênero que até então desconhecia. Apesar do protagonismo de *Americanah* estar na questão racial, o feminismo é um subtema fundamental, dilema latente em diversos aspectos da trama. Ser negra, ser mulher e ser imigrante são realidades indissociáveis para Ifemelu.

Antes de me aprofundar na obra de Adichie, deslancho a monografia apresentando no primeiro capítulo um panorama da crítica literária feminista, campo ainda novo no conjunto dos estudos contemporâneos de Literatura. Início com o trabalho da pesquisadora e crítica literária americana Elaine Showalter. Especializada em Literatura Vitoriana, significativa parte da produção literária britânica do fim do século XIX, Showalter se posiciona como pioneira na crítica literária feminista e busca quebrar paradigmas já estabelecidos pelo cânone produzido predominantemente por homens. Showalter propõe um novo modelo de análise literária considerando o gênero de autoras e leitoras. A própria

pesquisadora define como um “território selvagem” a situação de revisão da crítica literária feminina na atualidade, mostrando como o tema ainda passa por discussões, que vão desde a questão do gênero como autoria até o uso do termo como categoria de análise.

É de sua autoria o termo *ginocrítica*, metodologia que propõe uma nova abordagem da literatura feminina, por meio de uma redefinição de conceitos que distanciaram a mulher da produção cultural. A ginocrítica abrange o processo de leitura e escrita de uma perspectiva exclusivamente feminina, que por suas diferenças biológicas e de experiências culturais e sociológicas merece um novo e diferenciado tratamento. Showalter revê a crítica feminista, pois esta também partiria de um ponto de vista masculino, de estereótipos e papéis limitados na história da literatura, refletindo ideias que os homens teriam das mulheres, em vez de abriremos uma via de estudos de sentimentos e experiências verdadeiramente vividos pelo “segundo sexo” (SHOWALTER, 1985).

Outra obra de extrema relevância para esse trabalho, que ainda que apresentada no primeiro capítulo servirá de referência ao longo de todo o texto, é *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf. O livro traz uma reflexão sobre a condição social da mulher e sua produção literária. Publicado em 1929, *Um teto todo seu* é de absoluta atualidade quando o assunto é hierarquia cultural e posição da mulher na sociedade.

O capítulo dois traz uma apresentação da autora que é o foco do trabalho, Chimamanda Adichie, e de sua projeção global como referência em debates feministas e de gênero. A partir do contexto pós-colonial, vamos entender como Adichie superou sua condição de mulher negra e colonizada para assumir a narrativa de luta de seu povo, descrita na obra *Meio sol amarelo*. Também é abordada a polêmica em torno da escrita em inglês, que apesar de uma herança do colonialismo se tornou uma língua africana para comunicação e troca entre povos e etnias distintos, além de facilitar o alcance a uma escala mundial de leitores.

O terceiro capítulo, por sua vez, olha para o conceito de interseccionalidade a fim de entender a pluralidade e complexidade das situações de opressão denunciadas pelo feminismo contemporâneo. Isso significa o cruzamento da obra *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, com o romance *Americanah* e o contexto histórico, geográfico e social de Adichie. Davis analisa o intenso emaranhado da vida em sociedade no tempo presente e

demonstra como é impossível pensar em raça, gênero e classe, pelo ponto de vista das minorias, sem sobrepor um conceito ao outro. Como seu próprio nome sugere, o feminismo interseccional aborda essas diversas opressões considerando as pautas das mulheres negras e trabalhadoras. Olhando para a obra e a biografia de Adichie, vamos entender como a autora, ainda que duplamente oprimida por sua condição de mulher negra, usa da sua formação acadêmica e sua situação de classe privilegiada dentro na sociedade nigeriana para superar a hierarquia social capitalista. Adichie é um exemplo de mulher negra que vence a condição de subalternidade imposta pelo capitalismo racista e sexista usando habilmente seu extraordinário talento de narradora e outros instrumentos conferidos por sua situação de classe no contexto nigeriano com o objetivo de revelar e denunciar a opressão por gênero e por raça enraizada na sociedade ocidental a partir dos Estados Unidos e da Europa, no que é extremamente bem-sucedida.

Capítulo Um

O território selvagem: introdução à crítica feminista

Neste estudo, recorrerei à literatura como ferramenta de busca, esperando que esse domínio da criação humana ajude a encontrar algumas respostas sobre o lugar do feminismo na sociedade contemporânea. Poderá a literatura nos dizer onde está o feminismo na vida social de hoje?

Na literatura, assim como em tantas outras formas de expressão artística, prevalece até hoje o reconhecimento público e social da produção masculina. No entanto, já há mais de 40 anos, correntes de pensamento começavam a buscar a definição de base teórica e a metodologia adequada ao desenvolvimento de uma crítica literária feminista (SHOWALTER, 1981). A historiadora e crítica literária brasileira, Heloisa Buarque de Hollanda, no artigo “Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: Uma primeira abordagem”, produzido para o seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil – Avaliação e Perspectivas”, promovido pela Fundação Carlos Chagas, em 1990, mostra como, no fim dos anos 1970, ensaios e pesquisas já identificavam a persistência da voz feminista na literatura pós-moderna (HOLLANDA, 1990).

Esse novo modelo teórico, que busca entender a voz da mulher na produção ficcional, situa o gênero como ponto central da análise literária. A partir do gênero são considerados os papéis do autor, do leitor e da mulher como leitora e escritora. Minha hipótese é que esse novo modelo de análise literária poderá contribuir para a compreensão do feminismo e da ação feminista na sociedade como um todo.

A pensadora americana Elaine Showalter, em seu artigo “A crítica feminista no território selvagem” (SHOWALTER, 1994), aponta - como o próprio título do texto sugere - para o terreno arenoso em que se encontra a crítica literária feminista com o surgimento de uma série de tendências e impasses dentro de um cânone quase totalmente masculino. Segundo a autora, o território selvagem da teoria está no vácuo entre a ideologia feminista e o ideal liberal do

desprendimento. Enquanto as feministas buscam entender e discutir a condição da mulher na sociedade, encontram-se perdidas em um universo teórico plural e ao mesmo tempo ameaçador de ideais liberais de tendências críticas. Heloisa Buarque de Hollanda também identifica esse terreno instável da crítica feminista, como podemos observar:

“Antes de tentar situar estes estudos no quadro mais geral das transformações por que vem passando o pensamento acadêmico, observaria que, apesar de considerados pensamentos de vanguarda pela teoria crítica contemporânea e de terem conquistado expressiva legitimidade acadêmica, os estudos feministas ainda revelam certo ressentimento e desconforto em relação às dificuldades surgidas nas tentativas de articular sua produção teórica com os compromissos políticos e as questões centrais da militância feminista” (HOLLANDA, 1990, p.1)

Ainda segundo Showalter, a falta de metodologia tornava a crítica feminista uma “órfã empírica na tempestade da teoria” (SHOWALTER, 1994, p.24), e a partir da década de 1980 a pluralidade de bases e propostas ideológicas acabou se tornando obstáculo à constituição e ao estabelecimento desse quadro teórico. Naquele momento, feministas radicais buscavam um rompimento total com os paradigmas pré-estabelecidos pelo cânone literário, enquanto as marxistas apontavam a luta de classes como fator fundamental, junto da questão de gênero, para a compreensão da produção literária; já as mulheres de cor lutavam contra o silêncio em relação à questão racial e à prática política centrada nesse problema.

Em 1981, a ativista americana Angela Davis publicou *Mulheres, raça e classe*, considerado um clássico sobre interseccionalidade, ou seja, sobre o cruzamento dos principais conceitos na pauta da crítica feminista. Na obra, a autora aponta como o capitalismo, o racismo e o sexismo são responsáveis por gerar diversas formas de opressão na sociedade contemporânea. Até mesmo a psicanálise em suas correntes lacanianas e freudianas resolveu apontar caminhos teóricos para a crítica feminista, teorizando a conexão entre mulheres, linguagem e significação.

Elaine Showalter entende que as feministas precisam primeiramente e acima de tudo reivindicar esse território selvagem até então masculino a fim de estabelecer sua própria base teórica de análise literária. Ela indica que a existência de uma crítica feminista será em si uma forma de resistência ao cânone por meio

de uma celebração da exclusão da academia masculina.

Showalter, grande crítica feminista americana, propõe ainda que a escritora britânica Virginia Woolf (1882-1941) e seu clássico *Um teto todo seu* (1929) sejam entendidos como exemplo de posicionamento antiteórico e antiacadêmico (SHOWALTER, 1981). O livro citado traz basicamente a reunião de duas palestras ministradas por Woolf para plateias femininas, usando o artifício de uma protagonista ficcional e um certo grau de fantasia para abordar a emancipação da mulher, quando essa problemática estava muito longe de ser uma pauta popular.

Uma das narrativas do livro de Virginia Woolf gira em torno da personagem fictícia de Judith Shakespeare, baseada numa suposta irmã de William Shakespeare. Apesar de grande literata, como o irmão, Judith nunca pode desenvolver suas habilidades pois era limitada aos espaços da casa. Nunca pode estudar, pois vivia atordoada pelas tarefas domésticas. Tolhida por questões e limitações de ordem familiar, Judith nunca desenvolveu seu intelecto e obviamente não teve oportunidade de alcançar sequer uma sombra do prestígio do irmão.

Em *Um teto todo seu*, Woolf faz sua famosa afirmação: para uma mulher escrever, ela precisa de “um teto todo seu e quinhentas libras anuais” a fim de alcançar sua autonomia profissional e independência do patriarcado. Essa declaração nos leva a refletir sobre a escassez de obras de escritoras nos cânones literários até nos dias de hoje.

As tarefas domésticas, a procriação e a sua própria condição de mulher como ser de *status* inferior na sociedade criam infinitos obstáculos e afastam o feminino da produção de literatura e do meio acadêmico. Afinal, considerando que a concentração e a possibilidade de total imersão em um plano mental distante da realidade imediata são condições *sine qua non* para a criação artística, não há produção literária que resista a um choro de bebê, quando não existe uma divisão nas tarefas do lar.

Impressionante observar como pouco se alterou na situação da mulher, mesmo após quase 90 anos da publicação da obra de Virginia Woolf. Hoje, com a inserção da mulher no mercado profissional, a “segunda jornada de trabalho” ainda dificulta o ingresso feminino na academia ou política. E a dependência econômica a acorrenta nessa esfera doméstica, onde o trabalho dedicado à família

nunca chega ao fim. Davis reserva à situação do trabalho doméstico um capítulo inteiro de seu livro já anteriormente citado e vai além, apresentando a possibilidade de remuneração dessa árdua tarefa de manutenção da casa e da família:

“A insuficiência, se não a ausência, de uma discussão pública sobre a viabilidade de transformar as tarefas domésticas em algo socialmente possível é um testemunho dos poderes ofuscantes da ideologia burguesa. O caso é que o papel doméstico das mulheres não tem recebido nenhuma atenção. Pelo contrário, o movimento de mulheres contemporâneo tem representado as tarefas domésticas como elementos essenciais da opressão feminina. Há, inclusive, um movimento em vários países capitalistas cuja principal preocupação é a situação de opressão das donas de casa. Após chegar à conclusão de que as tarefas domésticas são degradantes e opressivas principalmente porque constituem um trabalho não remunerado, esse movimento lançou a reivindicação por salários”. (DAVIS, 2016, p. 234)

Esse seria o caminho para a emancipação das donas de casa e da própria mulher.

Retornem, porém, a Virginia Woolf. Além da temática crítica à sociedade de seu tempo, a escritora britânica imprime em seu ensaio a mesma leveza e prosa envolvente de seus outros títulos de ficção e não-ficção. A crítica ao patriarcado surge em Woolf como uma maneira de a crítica feminista se posicionar contra o cientificismo e os sistemas monolíticos de análise. Mas isso nos leva a outra questão. Seria esse caminho um isolamento da comunidade literária androcêntrica?

A ensaísta americana Nina Auerbach, que faleceu no início de 2017 e era especialista em literatura vitoriana, aponta para o risco do distanciamento da comunidade crítica e da possível segregação da comunidade acadêmica feminista. (SHOWALTER, 1994)

Showalter responde às preocupações de Auerbach estabelecendo que de fato a crítica feminista fala diretamente com seu gênero por meio da proliferação de veículos e canais especializados. No entanto a autora resume:

“Existem duas formas de crítica feminista e misturá-las (como a maioria dos comentadores o faz) é permanecer permanentemente confuso pelas suas potencialidades teóricas.

A primeira forma é ideológica, diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura, as omissões e falsos juízos sobre as mulheres na crítica, e a mulher-signo nos sistemas semióticos. A leitura feminista pode fazer mais do que isso: pode ser uma ação intelectual libertadora, como Adrienne Rich propõe:

‘Uma crítica radical da literatura, feminista em seu impulso, trataria, antes de mais nada, do trabalho como um indício de como vivemos, como temos vivido, como fomos levados a nos imaginar, como nossa linguagem nos tem aprisionado, bem como liberado, como o ato mesmo de nomear tem sido até agora uma prerrogativa masculina, e de como podemos começar a ver e nomear – e, portanto, viver – de novo.’” (SHOWALTER, 1994, p.26)

Em seguida, Showalter avança que a interpretação de uma questão complexa como essa só é possível se passível de diversidade na prática crítica, e traz à mesa de debates a também americana Anette Kolodny, que em sua opinião representa “a mais sofisticada teórica da interpretação feminista”:

“Tudo o que a feminista está defendendo, então, é seu próprio direito equivalente de libertar novos (e, talvez, diferentes) significados desses mesmos textos: e, ao mesmo tempo, seu direito de escolher quais os aspectos de um texto considera relevantes, pois ela está, afinal de contas, colocando ao texto perguntas novas e diferentes. Durante o processo, ela não reivindica que suas leituras e sistemas de leitura diferentes sejam considerados definitivos ou completos estruturalmente, mas somente que sejam úteis para o reconhecimento das realizações específicas das mulheres como autoras e que sejam aplicáveis na decodificação consciente da mulher como signo.” (SHOWALTER, 1981, p.27)

Kolodny coloca que significados, mesmo de textos canônicos, não são definitivos, são construídos e disputados socialmente, e cabe à crítica feminista se apropriar de novas questões e legitimações. A voz e a experiência da mulher não podem ser negligenciadas na interpretação de seus textos. Uma nova metodologia não deveria ser uma renúncia aos métodos tradicionais, mas sim uma combinação de nova interpretação dentro de um cânone já estabelecido. O caminho para a metodologia seria combinar a pluralidade de interpretações a modelos básicos de análise – fundamentais até mesmo para iniciantes na área. Esse será o método utilizado mais à frente, quando chegarmos a análise das autoras objeto desse estudo.

A construção de um quadro teórico e de uma nova forma de compreensão da literatura para e por mulheres levou a crítica feminista a duas vertentes apontadas por Showalter.

A primeira vertente põe a ênfase no papel da mulher como leitora e corresponde aos primeiros passos da crítica feminista. São analisados imagens e estereótipos da mulher na literatura, signos construídos pelo masculino, “falsas” representações do feminino como seres passivos e emotivos. Enquanto a segunda modalidade de crítica observa a mulher como escritora, além dos contextos e da história por trás de cada texto. Nesse momento há um trabalho de resgate de produções literárias esquecidas ao longo do século XX e XXI.

Falando sobre a primeira fase e a nova interpretação do papel de personagens femininos em obras de autores independentes de seu gênero, a professora brasileira Greicy Bellin, em seu artigo “A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem”, traz para o debate a opinião da crítica americana Rita Felski, que pontua que essas personagens poderiam até ser complexas, mas nunca seriam os símbolos morais dos personagens masculinos (BELLIN, 2011). Cabe aqui citar, por exemplo, *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, que inclui personagens femininos na trama, mas cujas atuações não definem o desenrolar da narrativa, pautada sempre pelas ações de Dom Quixote e Sancho Pança.

No entanto, Virginia Woolf enxerga a construção de personagens femininos de uma outra maneira. Para a autora, figuras como Cleópatra e Lady Macbeth, de Shakespeare, e outras como Madame Bovary e Ana Karenina, são exemplos de personalidade e temperamento de mulheres heróicas e grandiosas na literatura, construídas por grandes autores em suas obras de ficção, mas que não representam a mulher da vida real “trancada, espancada e jogada de um lado para o outro” (WOOLF, 1929, p.66).

O mesmo debate aparece também na escritora e ativista americana Kate Millet (1934-2017), em sua obra *Política sexual*, de 1969, expõe visões e representações machistas do feminino desde a mitologia grega até a Bíblia. Millet também aponta a posição coadjuvante de heroínas femininas em romances masculinos.

Impossível negar o caráter revisionista e de denúncia dessa fase da crítica literária feminista, que busca novos significados para a figura da mulher na literatura. O problema é que até mesmo esse revisionismo estaria construído sob modelos já existentes. A crítica feminista na sua obsessão em corrigir, mudar e suplementar acaba sempre presa aos formatos de metodologia pré-estabelecidos pelo patriarcado, eurocentrada e racista.

Podemos traçar aqui um paralelo com os estudos pós-coloniais, em especial com o trabalho *Orientalismo*, de Edward Said, um dos mais importantes pensadores do tema. Said denuncia a construção social e histórica que o Ocidente faz do Oriente, generalizando suas diferenças e elaborando sua própria narrativa para “O Outro” com o objetivo de dominar, reestruturar e governar. Dentro dessa narrativa, os estudos anti-imperialistas de Said podem ser comparados às análises feministas no que tange a importância de grupos marginalizados falarem e se representarem nas esferas políticas e culturais, sendo os autores de suas próprias realidades. A ideia de que o conhecimento também envolve relações de poder, e da representação de si e do outro será ainda abordada nos outros capítulos.

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa e a ampliação do acesso à educação pelas elites, houve a ampliação dos hábitos de leitura, inclusive da parte das mulheres, até então totalmente excluídas dos sistemas de ensino. Casamento por interesse, traição, romances não correspondidos, ciúme e a conquista de um grande amor passaram a ser temas que imprimiam as “nuances da psicologia e do sentimento humano, o que os tornava apropriados para as mulheres, vistas como *experts* em emoções” (FELSKI, 2003, p.29).

No entanto, essa própria literatura sentimental é alvo de críticas até os dias de hoje. Bellin define a leitura de resistência como aquela que busca desconstruir os estereótipos relacionados à leitura feminina em oposição à mulher que lê uma obra de ficção sem questionar a respectiva herança cultural e literária. (BELLIN, 2011).

Atualmente, uma das categorias literárias de maior sucesso são os *chick-lit*, em tradução livre, “literatura de mulherzinha”. Títulos como *50 tons de cinza* dominam o topo das listas de mais vendidos e saem das páginas para as telas de cinema. Apesar de ser literatura totalmente voltada para o público feminino, passa longe da leitura de resistência mencionada por Bellin. No caso, a trilogia erótica de E.L. James, a autora de *50 tons*, banaliza a violência sexual e

relacionamentos abusivos, significando um verdadeiro desserviço para a produção literária dirigida as mulheres e para o processo de emancipação da mulher.

Retomando a discussão sobre a metodologia, é importante ressaltar a denúncia de Showalter de uma “obsessão” feminista em criticar e ressignificar os clássicos, que sempre distancia a crítica feminista do estabelecimento de seus próprios caminhos metodológicos (SHOWALTER, 1994). Greicy Bellin também traz outras problemáticas envolvendo a leitura de resistência. Já segundo Fetterley, a leitura crítica “confina o leitor a uma instância negativa, forçando-o sempre a reagir ao que lê”. Dessa forma, o leitor se afasta do prazer da leitura e limita seu olhar a clássicos da ficção através de seus valores patriarcais. Isso diminuiria o valor de grandes obras. Teóricos como Harold Bloom e John Ellis compartilham desse entendimento, mas Bellin, assim como Felski, compreende a leitura de cunho feminista como uma maneira de entender como as mulheres são representadas culturalmente, uma etapa fundamental para uma teoria crítica feminista na literatura.

Em sua segunda fase, a crítica feminista passou a olhar para a produção literária feminina. Nomes como as irmãs Emily (1820-1849), Anne e Charlotte (1815-1855) Brontë, Emily Dickinson (1830-1886) e Jane Austen (1775-1817) passaram a ser objeto de interpretação da condição da mulher em um meio definido por homens. Nas obras dessas autoras, as personagens mulheres, ainda que em condição de protagonistas da trama, tinham suas vidas submetidas à esfera privada com restrito acesso à vida pública cultural, permanecendo altamente dependentes de seus cônjuges ou pais. Apesar disso, segundo Woolf, Jane Austen e Charlotte Brontë “escreveram como mulheres escrevem, e não como homens escrevem”, o que mostraria o caráter libertador e de denúncia da escrita dessas autoras e como através da ficção era possível criticar a condição de inferioridade e submissão de suas existências.

Em um meio com tantas possibilidades de análises e fundamentações, Showalter reforça a importância do estabelecimento de uma metodologia e uma voz própria da crítica feminista:

“Ao postular uma crítica feminista que seja genuinamente centrada na mulher, independente e intelectualmente coerente,

não pretendo endossar as fantasias separatistas de visionárias feministas radicais ou excluir da nossa prática crítica uma variedade de instrumentos intelectuais. Mas precisamos indagar muito mais minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência. Não creio que a crítica feminista possa encontrar um passado útil na tradição crítica androcêntrica. Ela tem mais a aprender a partir dos estudos da mulher do que dos estudos literários e culturais da tradição anglo-americana, mais a aprender a partir da teoria feminista internacional do que de outro seminário sobre os mestres.” (SHOWALTER, 1994, p.28)

Essa busca pela definição de uma crítica feminista voltada para a experiência da mulher nos leva ao próximo tópico.

1.1) O Feminismo e a Ginocrítica

Em busca da expressão do gênero feminino na literatura, Elaine Showalter cunhou o termo *ginocrítica*— o que a própria autora explica como:

“o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres.” (SHOWALTER, 1994, p.29).

A ginocrítica seria a superação da crítica androcêntrica e das formas unilaterais de crítica literária. Para Showalter, a ginocrítica abre uma série de possibilidades teóricas, que não seriam possíveis com a crítica feminista, em geral, que se limita à conciliação de ideologias revisionistas e androcêntricas. A ginocrítica se concentra na experiência da mulher: sua história, estilo, tema, gênero, estrutura dos seus escritos e aceitação do público – uma identificação de todos os fatores que podem fazer das mulheres um grupo literário distinto. Mas Showalter se depara com algumas questões problemáticas. Existem diferenças textuais nos escritos das mulheres? O que faz das mulheres um grupo literário distinto?

Showalter admite que não existem marcas textuais que separem a produção literária masculina e feminina, e limitar essa análise a questões

biológicas seria reforçar o essencialismo cru e as teorias fálicas. Bellin reforça nesse momento o caráter de “território selvagem” da crítica feminista, que, além de encarar uma pluralidade de orientações teóricas, tem de se preocupar com questões de gênero, como autoria e como categoria de análise (Bellin, 2011, p.6).

Tal debate nos leva à própria definição do conceito de gênero. Até a década de 80, gênero e sexo compartilhavam de significado, mas sendo o primeiro referente à cultura/identidade, e o segundo à natureza/construção biológica binária. Em 1986, a historiadora americana Joan Scott trouxe uma nova abordagem ao conceito com a publicação de seu artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, que até os dias de hoje é referência no debate dos códigos que diferenciam homens e mulheres, juntamente com outras referências posteriores, como Judith Butler, por exemplo.

Scott define gênero como uma categoria social e cultural que estabelece relações de poder a partir das diferenças sexuais. Para Scott, seria impossível falar de gênero sem falar de sexo, mas a autora retira do gênero o caráter de ação biológica ou da natureza. Segundo Bellin, “gênero é uma categoria que se impõe sobre o corpo sexuado, aquilo que faz do ser biológico um sujeito social, seja ele homem ou mulher” (Bellin, 2011, p.6). Dessa forma, não podemos considerar os autores apenas pela sua constituição sexual; é indispensável analisar a maneira que a sociedade os entende e seu contexto histórico.

O gênero como categoria de análise da literatura proposto neste trabalho nos faz abordar a autora em questão, mas também a existência de uma opressão e marginalização do feminino. Junto do gênero, raça e classe serão perspectivas a serem pensadas que ganham também significado político e ideológico dentro das relações de poder na sociedade.

1.2) Biologia, Linguagem, Psicanálise e Cultura na Análise Literária

Elaine Showalter nos leva a refletir sobre os quatro modelos de teoria da escrita feminina: biológico, linguístico, psicanalítico e cultural.

Cada um busca definir e diferenciar as características da mulher autora e também é alinhado a uma escola crítica feminista. Segundo Showalter, “eles se

sobrepõem e são mais ou menos sequenciais, no sentido de que cada um incorpora o anterior” (SHOWALTER, 1994, p.32).

A escola Biocrítica invoca a anatomia para materializar a escrita ginocêntrica, e a diferença fisiológica entre homens e mulheres. No entanto, a teoria biológica é alvo de muitas críticas; o retorno ao essencialismo e a atribuição de inferioridade da mulher são algumas delas. Essas foram justificativas de uma sociedade patriarcal opressora durante décadas, e portanto Showalter recorda como antropólogos vitorianos acreditavam que os lobos frontais dos homens eram mais pesados e mais desenvolvidos do que das mulheres. (SHOWALTER, 1994, p.32).

A crítica feminista nega veementemente a possibilidade de inferioridade biológica feminina, mas algumas pensadoras como Gilbert e Gubar atribuem a produção literária ao pênis e definem o autor de um texto como seu pai, progenitor. Teóricas como a própria Auerbach defendem – Showalter demonstra isso bem – que a criação literária está muito mais próxima de um parto e suas dores do que de uma inseminação. As feministas radicais invocam que a diferença sexual é a fonte de criatividade da mulher e apontam o corpo como alimento dessa imaginação, definida pela própria diferença sexual (SHOWALTER, 1994).

“Essa diferença tem sido usada como um pretexto para ‘justificar’ o poder total de um sexo sobre o outro. O estudo da imagem biológica na escrita das mulheres é útil e importante na medida em que compreendemos que outros fatores além da anatomia estão envolvidos. As ideias a respeito do corpo são fundamentais para que se compreenda como as mulheres conceptualizam sua situação na sociedade, mas não pode haver qualquer expressão do corpo que não seja medida pelas estruturas linguísticas, sociais e literárias. A diferença da prática literária das mulheres, portanto deve ser baseada (nas palavras de Miller) “no corpo de sua escrita e não na escrita de seu corpo.” (SHOWALTER, 1981, p.35)

A teoria linguística da diferença na crítica feminina é a que considero mais interessante e curiosa, apesar de ainda superficial em sua metodologia. A questão é: as diferenças textuais entre homens e mulheres podem ser teorizadas a partir da biologia, socialização ou cultura? É possível existir uma linguagem própria das mulheres? Qual o papel do gênero na fala, na leitura e na escrita?

Como se expressam as mulheres em um sistema linguístico de uma sociedade patriarcal?

Na busca da resposta, Showalter cita as feministas francesas, mais radicais, que defendem uma ruptura total com a ditadura do discurso patriarcal por meio do estabelecimento de um novo sistema linguístico. Esse é o cerne de uma teoria feminista francesa: como a mulher – ao escrever ou até mesmo falar de si – está presa a uma língua do patriarcado, como uma estrangeira que se sente desconfortável na forma de se expressar (SHOWALTER, 1994). Isso nos coloca em um impasse: o silêncio das mulheres pode mantê-las para sempre fora do processo histórico enquanto, ao abraçar a língua dos homens, elas permanecem em posição subalterna. A solução proposta por Showalter passa pelas ideias da jornalista americana, Mary Jacobus:

“O que precisamos, propôs Mary Jacobus, é de uma escrita da mulher que funcione dentro do discurso “masculino”, mas trabalhe “incessantemente para desconstruí-lo: para escrever o que não pode ser escrito”, e de acordo com Shoshana Felman, “o desafio que a mulher enfrenta hoje é nada menos que o ‘reinventar’ a linguagem, (...) falar não somente contra, mas fora da estrutura falocêntrica especular, estabelecer um discurso cujo status não seria mais definido pela falicidade do pensamento masculino.” (SHOWALTER, 1994, p.37)

O ponto que mais será útil para as próximas análises é a antiguidade do conceito de uma linguagem exclusivamente feminina. Suas primeiras aparições vêm de mitos e folclores gregos, sempre acompanhados de uma suposta natureza enigmática das mulheres. Showalter cita o geógrafo e historiador grego, Heródoto, que ao falar das amazonas, descreveu suas habilidades linguísticas, dizendo-as capazes de falar qualquer idioma dos homens e manter uma forma de comunicação totalmente incompreensível para eles. (SHOWALTER, 1994). Vale lembrar ainda as feiticeiras ou bruxas, donas de um saber ocultista, com frequência conhecedoras de línguas ignoradas pelos homens, cujos destinos tantas vezes foram a fogueira. Interessante observar a marginalização da língua feminina, que passa pela própria necessidade das mulheres de resistir ao silêncio imposto na vida social e pública.

Podemos passar aqui pelas teorias de descolonização, que mostram como, ao estabelecer um novo Estado e uma língua a ser falada por todos, as

potências imperiais tiraram dos grupos nacionais a possibilidade de integrar o discurso oficial, tornando-os efetivamente marginalizados e excluídos. Esse mesmo processo de dominação aponta para a exclusão das mulheres dos centros acadêmicos e políticos. A professora Renata Pimentel, em seu artigo “Olhares femininos na crítica pós-moderna: A questão do gênero; o lugar da diferença; uma nova leitura da identidade e do sujeito”, fala da importância de mudança do processo de representação unilateral e cita os estudos de Edward Said, quando ele analisa a necessidade de grupos marginais assumirem uma voz no discurso oficial dos Estados nacionais e de seus domínios. Said se baseia no conceito de poder de Foucault, e nesse caso não pensamos apenas no poder do Estado, mas também os micro poderes difundidos na sociedade, que estabelecem uma variedade de hierarquias sociais que se combinam e se atravessam.

O maior dificultador do estabelecimento de uma linguagem feminina é a própria ausência de uma língua falada exclusivamente pelas mulheres. E não é o problema que a língua não seja suficiente para a expressão feminina, mas sim o seu lugar de fala que é limitado, forçadas que são as mulheres ao silêncio e limitadas a uma existência subalterna. É o desafio da escrita feminista superar essa opressão e falar de dentro para fora de seus sentimentos, de seu corpo e de suas experiências, ampliando assim seu próprio campo linguístico.

Por sua vez, a crítica psicanalítica distingue as escritas feminina e masculina a partir da psique do autor e da relação do gênero com o processo criativo, instituindo o falo (ou a ausência dele) como fator determinante da diferença entre homens e mulheres em uma incorporação do modelo biológico e linguístico anteriormente mencionados. A psicanálise estabelece o complexo de castração e a fase edipiana das crianças como os definidores da relação da mulher com a escrita, criatividade e cultura. Sendo definidas pela falta, as mulheres escreveriam ficção fantasiosa e com alto teor erótico como uma forma de superar seus desejos e anseios insatisfeitos e reprimidos.

A teoria psicanalítica não é satisfatória ao tentar estabelecer especificidades para o texto feminino, que supera forças circunstanciais, culturais e sociais, além de ser um erro limitar a crítica literária feminista a uma análise psíquica edipiana, sem passar pelo contexto cultural de sua época (SHOWALTER, 1994). Vale ressaltar que a teoria psicanalítica não é interessante para a análise

presente, pois iremos seguir com a corrente de que ser mulher é uma construção. Isso nos leva à última teoria acerca das diferenças textuais da crítica feminista.

A teoria da cultura, formulada por Elaine Showalter, reúne aspectos da biologia, linguística e psique feminina de uma maneira mais complexa, passando pelos contextos culturais que as envolvem.

“As maneiras pelas quais as mulheres conceptualizam seus corpos e suas funções sexuais e reprodutivas estão intricadamente ligadas a seus ambientes culturais. A psique feminina pode ser estudada como o produto ou a construção de forças culturais. A linguagem também volta à cena à medida que consideramos as dimensões e determinantes sociais do uso da língua, a formação do comportamento linguístico pelos ideais culturais.” (SHOWALTER, 1994, p.44).

Retomamos aqui a questão da interseccionalidade: classe, raça, nacionalidade e história são tão determinantes do lugar de fala quanto o gênero. A própria experiência da mulher como ser de “segunda classe” na sociedade determina a forma de escrita e conteúdo das autoras. Olhamos aqui para a possibilidade de construção de uma história feminina dentro de uma história geral do homem, compartilhada entre os gêneros, conforme Showalter analisa através do entendimento da historiadora austríaca, Gerda Lerner (SHOWALTER, 1994). Isso colocaria em cheque a existência de uma especificidade na literatura feminista. O que a definiria então?

Indispensável trazer para o debate o clássico, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Publicado em 1949, a obra de mais de mil páginas, traz entre outros questionamentos e constatações, a definição da mulher como o Outro, um ser sem destino biológico, formada em uma cultura que define seu papel a partir das construções do homem. Um marco no pensamento feminista, Beauvoir mostra como a realidade feminina é descrita como um subproduto, nunca atingindo o status de Um, que é sempre o homem. A célebre constatação de Simone de Beauvoir, que transcrevo abaixo, confirma a teoria feminista que a experiência da mulher que a faz tal, contrariando as noções biológicas e psicanalíticas de que existe algo na psique ou no corpo que defina o ser feminino.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade, é o conjunto da

civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.” (BEAUVOIR, 2016, p.11)

A compreensão do lugar da mulher pelo homem, e o estabelecimento de um novo lugar de fala feminista são fundamentais para a definição de uma crítica feminista e rompimento com a literatura androcêntrica. As condições de minoria devem ser cruzadas, para entendermos o contexto e cultura das autoras e leitoras. Showalter cita o caso de escritoras negras, que são silenciadas duplamente, por uma tradição branca e masculina (SHOWALTER, 1994). No entanto, ao contrário dos desejos das feministas radicais, nenhuma escrita pode se desprender totalmente da cultura dominante, pois precisa dela para disseminar suas ideias.

Showalter coloca que, ao delinear o *locus* cultural da identidade literária, a crítica ginocêntrica é capaz de analisar, não apenas a situação das escritoras, mas também dos meios de publicação e distribuição de suas obras e a maneira que o público recebe suas ideias, repensando as hierarquias de gênero na arte (SHOWALTER, 1994, p.51).

A crítica feminista consiste na definição de um lugar, teoria e arte genuinamente centrados na experiência da mulher, transformando-a de ser invisível para dona da narrativa. Dentro dessa ótica, encerro esse capítulo inicial e apresento os próximos temas de debate, a literatura e a experiência política da autora nigeriana Chimamanda Adichie. Através de sua obra, *Americanah*, Adichie será objeto de reflexão para entendermos como a autora conseguiu superar a condição triplamente marginalizada – de mulher, negra e africana – e alcançar reconhecimento global. Pelas narrativas de Chimamanda, vamos buscar compreender a importância do lugar de fala do feminismo contemporâneo e como a crítica literária feminista e o leitor recebem sua produção ficcional.

Capítulo Dois

Um chamado da Nigéria: como a literatura marginal de Chimamanda Adichie conquistou o mundo

2.1) As muitas histórias de Chimamanda Adichie: vida e obra

Esse breve apanhado histórico e analítico da crítica literária feminista permite-nos olhar para o presente em busca de algumas respostas e talvez também de novas questões. Em 2017, não seria possível falar de literatura feminista sem passar pelo nome da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Um dos mais famosos slogans da contemporaneidade, “*We should all be feminists*” (Sejamos Todos Feministas), formulado por Chimamanda em palestra no TEDXTalks em 2013, se tornou livro e emblema de camisetas assinadas pela *maison* francesa Dior, desfiladas em seguida por Rihanna. Trechos da palestra foram reproduzidos na letra da canção *Flawless*, de Beyoncé. Interessante observar como as questões do empoderamento feminino se renovaram como pauta na atualidade, estridentes entre tantas outras bandeiras de luta de movimentos alternativos que vão além das denúncias e propostas do marxismo clássico.

Nascida em 1977 em Enugbu, no seio de uma família da etnia Igbo, Chimamanda Adichie mudou-se para os EUA com 19 anos a fim de cursar a faculdade. Formou-se bacharel em Comunicação e Ciência Política pela Eastern Connecticut State University, em 2001; dois anos depois completou um mestrado em escrita criativa na Universidade Johns Hopkins e, em 2008, recebeu o título de *Master of Arts* em Estudos Africanos pela Universidade de Yale. Durante esse tempo, Chimamanda publicou uma série de romances e contos, que trazem sempre como protagonista a visão de grupos marginais da sociedade em confronto com a clara herança colonial. Seu valor literário e ideológico não se resume aos seus livros publicados, traduzidos para mais de 30 línguas, nem em seus vídeos de palestras, que iremos analisar mais a frente, mas Adichie também escreve tanto ficção quanto textos de opinião para jornais como o americano *New Yorker*, o

britânico, *The Guardian*, e o nigeriano *The Scoop*, afirmando sua posição de feminista, liberal, nigeriana e imigrante em um contexto pós-colonial globalizado.

Vamos fazer uma breve análise de seus dois primeiros romances para entender como Chimamanda se consolidou como nome tão relevante para a literatura mundial e também na defesa dos direitos das mulheres, em seguida fixaremos nosso ponto de estudo na obra *Americanah*, e em suas palestras *O perigo da história única* e *Devemos todos ser feministas*, que serão entendidos a luz do conceito de interseccionalidade cunhado por Angela Davis.

Seu primeiro romance, *Hibisco roxo*, publicado em 2003 pela editora independente norte-americana Algonquin, dedicada à ficção literária de alta qualidade, traz a adolescente Kambili como narradora da trajetória de sua família, desgraçada pela extrema religiosidade católica de seu pai, Eugene, um famoso industrial nigeriano. Dois anos depois, o livro saiu como brochura pela Harper Perennial, selo do grande grupo editorial Haper Collins, um dos maiores da indústria do livro internacional, uma edição evidentemente voltada para uma leitura que se pode dizer de massa.

No romance, Eugene rejeita as tradições primitivas de suas origens e renega o próprio pai e a irmã, enquanto oprime e agride sua filha Kambili dentro de casa. *Hibisco roxo*, assim como outros romances de Adichie, traz um retrato da sociedade nigeriana contemporânea vista de dentro para fora em um misto de crítica e afeto pela terra natal com todos os resquícios de destruição de anos de colonialismo. O livro ganhou o prêmio da *Commonwealth Writers* como melhor romance de estreia.

Seu segundo romance, *Meio sol amarelo*, publicado em 2006, conta a história da guerra entre Nigéria e Biafra, que aconteceu entre 1967 e 1970 e resultou na morte de milhares de nigerianos. Mas a obra vai além do confronto bélico apresentando personagens que traduzem sentimentos profundos e uma envolvente e cativante narrativa. No Brasil, pouco se estuda sobre a descolonização dos países africanos, problemática que foi descortinada por Chimamanda no romance.

“Este livro se baseou na guerra Nigéria-Biafra de 1967-1970, porém algumas liberdades foram tomadas, em nome da ficção; minha intenção é retratar minhas próprias verdades imaginadas e não os fatos da guerra. Ainda que alguns personagens tenham

como base uma pessoa real, seus retratos são fictícios, assim como os eventos que fazem parte. (...)

Entretanto, eu não poderia ter escrito esse livro sem meus pais. Meu sábio e maravilhoso pai, o professor Nwoye James Adichie, *Odelu Ora Abba*, terminava suas muitas histórias com as palavras *aghaajoka*, que, em minha tradução literal, significa “a guerra é muito feia”. Ele e minha defensora e devota mãe, Ifeoma Grace Adichie, sempre quiseram que eu soubesse, acho, que o que importa de fato não é o que eles tiveram de passar e sim o fato de que sobreviveram.” (ADICHIE, 2008, nota da autora)

Nesse trecho podemos observar como Adichie assume a responsabilidade de falar pelo povo nigeriano, dando voz a uma nação oprimida no contexto pós colonial de dominação. A autora supera sua condição triplamente subalterna de mulher, negra e nigeriana, e através das experiências de sua família e de um amplo trabalho de pesquisa, revela alguns dos horrores vividos pela Nigéria na década de 60. Vale ressaltar que, segundo o jornal britânico *The Guardian*, *Meio sol amarelo* vendeu meio milhão de exemplares apenas na Inglaterra, mostrando a força da obra literária, e foi premiado com o *Baileys Wome's Prize for Fiction*. Em *Meio Sol Amarelo*, o foco narrativo, onisciente, em terceira pessoa se alterna entre três personagens, Olanna, uma aristocrata igbo, formada na Inglaterra, que deixa o lar de seus pais para viver com seu grande amor, o professor universitário Odenigbo; Ugwu, um menino de aldeia que trabalha na casa de Olanna e Odenigbo e em outra ponta, Richard, um inglês apaixonado pela Nigéria que mora com a irmã gêmea de Olanna. Um dos destaques da obra, de mais de 500 páginas são as próprias relações interculturais, que não apenas causaram a Guerra de Biafra, mas também dão o ritmo do livro. Segundo Fabricio Henrique Cassilhas, em seu trabalho de mestrado, “*A interculturalidade em Half of a yellow sun*”, os três pontos focais distintos da narrativa representam a interculturalidade existente na Nigéria e as relações de poder existentes na sociedade da época, e que resistem até os dias de hoje. (CASSILHAS, 2016)

A pensadora indiana Gayatri C. Spivak, em sua obra *Pode o subalterno falar?*, trata da possibilidade e da capacidade do sujeito periférico se manifestar e ter autonomia em um contexto pós-colonial. Segundo Spivak, não se pode falar em desconstrução da opressão hegemônica sem levar em consideração a organização mundial do trabalho. As relações imperialistas construídas sob o

eixo global Norte-Sul impedem a circulação não apenas de pessoas, mas também de ideias, cultura e informação. (SPIVAK, 2014). No prefácio da edição brasileira de *Pode o subalterno falar?*, Sandra Regina Goulart Almeida resume as ideias da pensadora indiana de forma bem clara:

“A autora argumenta ainda que o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, conclui afirmando que esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar” (SPIVAK, 2014, p.15)

Dessa forma o sujeito subalterno se distancia da autorrepresentação, o que gera uma intervenção de outrem, a autora cita a classe intelectual ocidental, como intermediadora do discurso dos oprimidos. Reafirmando assim, não se trata de falta de voz do subalterno, mas sua incapacidade de se fazer ouvir.

Adentrando pela questão de gênero e da mulher periférica como sujeito duplamente subalterno, Spivak se junta a Judith Butler ao afirmar que não podemos generalizar a categoria mulher, que não deve ser pensada no singular. A filósofa norte americana aponta a pluralidade de fatores que constroem o ser feminino, que vão além do gênero, passando por raça, classe e etnia, por exemplo. (BUTLER, 2003).

De volta a Chimamanda Adichie: como uma mulher negra e africana rompeu fronteiras físicas e sociais e estrela a lista de livros mais vendidos em países como Estados Unidos e Suécia, que incluiu seu livro *Sejamos Todos Feministas* no currículo escolar?

Sem dúvida, um dos facilitadores da propagação da obra de Adichie é sua escrita originalmente em inglês. Ao acolher como sua a língua do patriarcado e do Império colonizador, Chimamanda amplia as possibilidades de publicação e alcance de sua produção literária. Dificilmente Adichie teria a mesma projeção internacional se escrevesse em Igbo – a língua de sua etnia nigeriana. Apesar de falada por 24 milhões de pessoas, Igbo é uma língua muito limitada internacionalmente, e seu trabalho ficaria restrito a alguns poucos milhares de leitores, que não sairiam das fronteiras de seu país. Além da desvalorização em si das línguas africanas, não há interesse intelectual nesse material como nas produções em inglês, francês, espanhol. Como uma mulher de origem subalterna,

Adichie rende-se à língua do colonizador, abraça o inglês do patriarcado, se insere em sua cultura – através de uma vida de imigrante universitária – para então criticá-lo através de seus escritos. Segundo Fabricio Cassilhas, podemos considerar essa estratégia uma forma de resistência ao discurso colonialista, e cito:

“Nesse estudo, é parte-se da premissa de que a estética de boa parte da escrita pós-colonial apresenta-se como forma de resistência a discursos etnocêntricos que tomam as literaturas das nações recém formadas como inferiores.” (CASSILHAS, 2016, p.18)

No mais, Cassilhas ainda menciona o fato de Chimamanda resistir ao inglês tradicional ao utilizar frequentemente termos em igbo em suas obras, *Nne* (forma carinhosa de chamar alguém), e *kedu?* (como vai você?), transformando assim a língua do colonizador para “representar um universo nigeriano em suas narrativas.” (CASSILHAS, 2016, p.46)

Não podemos deixar de lado aqui a posição de Chinua Achebe, escritor nigeriano adorado por Chimamanda e uma grande referência em seus escritos, é um forte defensor da apropriação de uma língua inglesa própria que permita a comunicação entre todos os povos da África que sofreram com a dominação britânica. Apesar de altamente criticada, Achebe não nega, de maneira alguma, a desgraça que a colonização trouxe aos países africanos, mas acredita que uma língua comum pode aproximar etnias e povos distintos. Assim como Adichie, Achebe inclui termos *igbo* em seus escritos, as vezes sem nenhum espaço para tradução, podendo deixar o leitor cego em relação ao seu significado (CASSILHAS, 2016). Para Alyxandra Gomes Nunes, em dissertação apresentada para seu mestrado em Letras na Unicamp, o posicionamento de Achebe ao misturar sua língua materna ao inglês, constrói um projeto literário que busca alcançar o maior número de leitores, mas também de veicular um determinado raciocínio que só seria possível em *igbo*, além de estabelecer explicitamente qual é sua origem:

“Finalmente, podemos afirmar que o uso que Chinua Achebe fez da língua inglesa em conjunto com sua língua materna, deu conta de fixar, para sua comunidade de leitores parte de seu projeto literário. Para um escritor que tinha propósitos de atingir o maior número possível de leitores, ele não poderia se furtar ao uso da língua oficial, como ele mesmo diz, qualquer

língua falada em território africano é também uma língua africana. Entretanto, os resquícios de verossimilhança de um determinado pensamento, muitas vezes só encontrariam forma linguística na língua *igbo*. Esta foi uma posição política do autor.” (NUNES, 2005, p.101)

Muitos autores da era pós-colonial enfrentam o dilema linguístico do idioma, abraçar a arma do colonizador – a mesma usada para destruir e contar uma nova história sobre seu passado – ou usar dessa mesma ferramenta para transmitir sua mensagem para um grupo muito mais vasto de leitores? Sem dúvida podemos olhar para Achebe para encontrar respostas ao posicionamento de Adichie. Dois grandes nomes da literatura nigeriana, que encontram no inglês, língua oficial de seu país, uma forma de criar sua própria estética literária e reconstruir a história de seus povos. Em dissertação apresentada ao Programa de Mestrado de Letras da Universidade de São João del Rey, Renata Mara Resende, ao analisar a literatura pós-colonial africana em língua inglesa observa como essas são contribuições significantes no sentido de que o inglês não se limita mais aos territórios geográficos americanos e britânicos. Além disso, a professora anota como essa nova literatura força a constituição de uma nova crítica literária que atenda suas perspectivas e necessidades, assim como observamos com o ocorrido com a literatura feminista. (RESENDE, 2013, p.11)

Em 2009, com três livros publicados, Chimamanda Adichie foi convidada pelo TEDXTalks para uma conferência que lhe rendeu mais de 13 milhões de visualizações no You Tube ¹ e uma projeção global talvez nunca esperada, sequer imaginada. Em “O perigo da História Única”, Chimamanda expõe algumas situações que viveu logo que se mudou para os Estados Unidos. A nigeriana inicia sua fala observando como se vê como uma contadora de histórias, o que – posso garantir, como leitora de suas obras – é de fato uma de suas maiores qualidades. Adichie compartilha casos de sua infância e juventude, como cresceu ouvindo e também escrevendo histórias de personagens loiros e brancos, que comiam maçãs e brincavam na neve. Já nos Estados Unidos, ela percebeu como os americanos tinham uma visão única de África: uma savana, onde pessoas morrem de pobreza e de HIV, enquanto o homem branco não chega para o resgate.

¹https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br acessado em dezembro 2017

Enfim a autora chega ao cerne de sua palestra: o perigo da construção de narrativas pautadas pelas relações de poder do patriarcado ou do sistema imperialista. Histórias únicas são contadas pelos vencedores da História, pelo lado mais forte da correlação de forças, visões estereotipadas da África que habitam o imaginário do Ocidente:

“Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é "nkali". É um substantivo que livremente se traduz: "ser maior do que o outro." Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do "nkali". Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente.” (ADICHIE, 2009, 09:37)

Retomamos aqui ao conceito do “Outro” cunhado pelo intelectual Edward Said. Podemos enxergar a influência de *Orientalismo* no discurso de Adichie. Assim como os povos colonizados, as mulheres são vítimas de um discurso idealizado pela ótica imperialista e patriarcal que as desloca de sua realidade, e anula sua capacidade de autorrepresentação. A professora Renata Pimentel faz a relação entre a “história única” de Adichie, os discursos monolíticos dos povos dominantes e a importância da quebra de estereótipos, mas sem deixar de lado o risco do “fundamentalismo de minoria”.

Em *Cultura e Imperialismo*, Said analisa como a literatura inglesa do século XX contribuiu para a construção do estereótipo da África como um lugar selvagem e de povos bárbaros. Na obra, Said sinaliza a importância da construção dessas narrativas únicas para garantir a conquista e posse das terras africanas, e o próprio imperialismo é fruto dessa apropriação da história. Said aponta a importância da cultura como ferramenta de dominação e de legitimação da ótica

imperialista, e através dela as estruturas de poder são reproduzidas. Bruno Sciberras de Carvalho, professor de Ciências Políticas da UFRJ, expõem essa relação de maneira bastante clara:

“Ainda que a cultura reflita um poder estruturado e, em grande parte, uma ordem consensual, é também um campo dinâmico que incorpora conflitos de significação através dos quais a ordem social se reproduz e é experimentada. Ressaltam-se processos complexos de construção de subjetividades abrangentes e os modos como as representações sociais são recebidas e negociadas. O âmbito cultural não aparece como um sistema fechado de significados, mas imerso em práticas de conflito que acabam por configurar a possibilidade de uma pluralidade de significações, submetendo-se também a dinâmicas de poder que se constituem continuamente.” (CARVALHO, 2010, p.43)

Como diz Said, as próprias nações são narrativas. O poder de narrar, ou de impedir que surjam ou se formem outras narrativas é fundamental para que se imponha a hegemonia do Império sobre as outras regiões do mundo. O “outro” é instituído nesse processo de exclusão, de desqualificação, de desumanização do que não são considerados “civilizados”, mas pertenceriam ao mundo da barbárie.

“... sendo minha tese básica a de que as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo; elas também se tornam o método usados pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria deles.” (SAID, 2011, pag. 13)

Nesse ponto que estão vínculo de cultura com poder em Said, podemos olhar para as relações de conhecimento e poder estabelecidos por Foucault em busca de algumas respostas. Para o filósofo francês, o poder não é uno e estável, ele é dinâmico e em rede, e está inserido em diversas relações da vida em sociedade, nas mais diversas escalas. Poder e conhecimento tem uma relação intrínseca, analisando de forma primitiva, a partir do conhecimento é separada a razão da sanidade, e então acontece o ordenamento do mundo, soltando os selvagens da civilização, caracterizando uma balança dos micro-poderes hierarquizados na sociedade. Segundo Bruno Sciberras de Carvalho, dominar, controlar e incorporar o diferente é prática definitiva de exercício do poder, de

acordo com a teoria de Said. Por sua vez Foucault aponta como não podemos centralizar a análise dos focos de poder na política e no eixo Estado-sociedade. Devemos olhar para todos os microcosmos das relações humanas, inclusive a produção cultural. (CARVALHO, 2010, p.46)

Said é uma das vozes que tentam reconstruir a história do colonialismo, ao propor uma versão que traga os colonizados como protagonistas, e apresenta a cultura como forma de resistência aos anseios imperialistas. Trazendo nosso raciocínio de volta ao capítulo um, podemos lembrar as análises feministas de Virginia Woolf e de Elaine Showalter. As estereotipadas representações de gênero, que constroem mulheres como seres emotivos e condicionados a questões domésticas é fruto de uma narrativa unilateral do patriarcado assim como o discurso do “Outro” estabelecido pelo colonialismo.

Assim como Woolf, Chimamanda assume sua posição no grupo de teóricos, que usa a literatura como uma forma de romper anos de silenciamento dos povos colonizados. Said fala do romance como formador de “referências e experiências imperiais” (SAID, 2011, p.10), e essa é exatamente a ferramenta que Chimamanda utiliza para quebrar o discurso dominante. Mais uma vez observamos como Chimamanda se insere no discurso patriarcal para então abrir espaço e se fazer ouvir, com suas narrativas plurais que problematizam as visões monolíticas de um povo.

Na palestra, Chimamanda reconhece o poder da literatura como formadora de identidades e fonte de diferentes histórias. A literatura como o machado que rompe paradigmas e o elo que constrói novas culturas e hábitos. Chimamanda se coloca como uma das vozes responsáveis por contar as tantas histórias da África e das mulheres africanas, algumas que ela aprendeu nas palavras do clássico autor nigeriano Chinua Achebe e também do guineense francês Camara Laye. Adichie se preocupa em mostrar as nuances da Nigéria; em suas obras, podemos observar um rol extenso de personagens que refletem muito profundamente os tipos nacionais. Em seu mais recente livro publicado no Brasil, ainda em 2017, *No seu pescoço*, Adichie reúne doze contos que trazem os mais diversos retratos da Nigéria: mulheres submissas, empresários corruptos, nativos “alienados” pela cultura europeia, outros que não aceitam a imposição da cultura europeia, intelectuais revolucionários, famílias que desistiram do país. Um mundo de personagens africanos, ora em seu continente, ora vivendo suas diásporas, com

complexas relações familiares e com heranças culturais e/ou étnicas. São contos que passam longe das imagens de crianças raquíticas e safáris fotográficos apresentados pela imprensa ou por agências de viagens.

Chimamanda quebra paradigmas e desconstrói a imagem da mulher negra africana que o Ocidente construiu através de histórias que capacitam e humanizam uma sociedade. Chimamanda cruza fronteiras e sua própria condição de mulher negra colonizada ao mostrar que também é uma mulher de classe média, bem educada, leitora voraz e escritora eloquente para contar as muitas histórias da Nigéria, da África e do feminino. Encerro esse tópico com as mesmas palavras que Adichie finalizou o discurso o “Perigo da história única”: “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.”

Capítulo Três

Americanah & Interseccionalidade

3.1) Americanah: apresentação do romance

Em *Americanah*, seu terceiro romance, publicado originalmente em 2013, Chimamanda transmite sua visão da experiência de uma mulher negra inserida em um meio intelectual nos Estados Unidos por meio de uma narrativa que confunde o leitor: seria essa uma obra de ficção ou uma autobiografia? O romance venceu o *National Books Critics Circle Award* em 2013 e foi eleito pelo *New York Times* um dos dez melhores livros do ano de seu lançamento. Mais recentemente, em 2017, a cidade de Nova York lançou uma campanha em livrarias, bibliotecas e no metrô para descobrir qual livro as pessoas deveriam ler. Por voto popular, *Americanah* foi eleito como leitura indispensável para todos os habitantes da maior metrópole dos EUA.

Americanah narra a trajetória de Ifemelu, em dois paralelos: sua adolescência em Lagos, capital da Nigéria, nos anos 90 e sua idílica história de amor com Obinze; e quinze anos depois, sua vida nos Estados Unidos, onde é uma blogueira aclamada com uma bolsa de estudos na universidade de Princeton. O romance se desenvolve por meio de quatro narrativas: a vida de Ifemelu na Nigéria, sua mudança para os Estados Unidos e o processo de adaptação e inserção nessa nova sociedade; Obinze e sua traumática experiência como imigrante em Londres; e a partir da metade do livro, Ifemelu assumindo um blog, intitulado *Raceteenth*, ou observações diversas sobre negros americanos (antigamente conhecidos como crioulos) feitos por uma negra não-americana, quando a autora expõe a sopa cultural que marca os Estados Unidos envolvendo mulheres, negros, nativos ou de fora, imigrantes em geral e brancos. Em seus textos para o blog, Ifemelu fala abertamente sobre as diferenças de classe e preconceitos existentes nos Estados Unidos, passando longe das afetações e eufemismos que cercam os americanos. Os posts para o website intermeiam todo o romance, e após a publicação do livro, eles foram postados em um site, que seguiu sendo atualizado por um período, criando assim uma nova ferramenta de troca com seus leitores. Para Antonia Campos de Thuin, doutoranda em Literatura,

cultura e contemporaneidade, Ifemelu escreve em seu blog para tentar entender seu lugar na sociedade americana:

“Ifemelu fala porque não se vê representada no que a América enxerga nela, tenta compreender o racismo americano, com o qual só teve contato ao morar nos Estados Unidos, tenta entender o que é que esperam dela como negra, dentro da sociedade estratificada americana, papel que não compreendia de início, uma vez que para sua cultura de origem, não fazia sentido.” (THUIN, 2017, p.3208)

Ao longo de sua infância e adolescência em Lagos, Ifemelu e Obinze são cercados pelo sonho de uma vida americana. Toda a juventude anseia por deixar o país aonde as instituições de ensino vivem em greve, e a economia em processo de decadência. Ifemelu consegue um visto americano, o que garante seu embarque para estudar no país, aonde vai morar com sua tia Uju, estudante de medicina em Nova Jersey e seu sobrinho. Após uma árdua trajetória, superando a difícil busca por um emprego e suportando diversas condições de preconceito por sua cor e sotaque, Ifemelu alcança prestígio na internet através de seu blog, o que a torna uma espécie de celebridade. E após 15 anos de “*americanah way of life*”, a protagonista decide retornar à Nigéria, apesar de todo o espanto dos que a cercam. Assim é o começo da ficção, com Ifemelu analisando sua vida até o presente momento, sentada em um salão de beleza, preparando-se para deixar os Estados Unidos e retornar a sua terra natal. A volta a Lagos também promove o reencontro com Obinze e uma série de novas impressões e emoções de alguém que passou tanto tempo ausente e reencontra um novo formato de sociedade superando os dilemas políticos e iniciando um processo de estabilização e crescimento.

Segundo Chimamanda, em entrevistas concedidas logo após o lançamento de *Americanah*, o livro trata de amor, raça e cabelos. Dentro dessas macrotemáticas, conseguimos absorver alguns sentidos que fazem dessa narrativa tão envolvente e acessível como leitura.

Americanah também é um livro sobre identidade. Em diversas passagens da obra observamos conflitos de identificação que, como imigrante, a protagonista é obrigada a enfrentar. *Americanah* é um livro sobre a condição da mulher, seja nos Estados Unidos, seja na Nigéria, e como a subordinação esperada

do feminino pode ser tão similar mesmo em países tão distantes. *Americanah* fala sobre a diáspora nigeriana: como a juventude busca encontrar melhores condições de vida e estudo nos Estados Unidos e na Europa a fim de superar a sombria e instável existência em um país sob regime militar.

3.2) Personagens

Americanah nos transmite a essência e dilemas de Ifemelu ao longo de uma longa experiência nos Estados Unidos, mas além da questionadora e assumidamente “imperfeita” protagonista, o romance nos traz diversas perspectivas de mulheres na sociedade contemporânea. Se Ifemelu nos faz pensar em uma personagem franca e inteligente, Adichie traz outros retratos da condição feminina atual.

A personagem mais próxima de Ifemelu é sua Tia Uju, quem a hospeda nos Estados Unidos, e as duas mantêm uma ligação próxima ao longo de toda a trama. Ainda na Nigéria, Tia Uju era uma mulher “de sorte” por manter um relacionamento extraconjugal com um general do governo. No entanto, a troca constante de políticas de governo, faz com que o amante de Uju caia em desgraça, o que a leva a se mudar para os Estados Unidos com seu filho. Na América, Uju é obrigada a amadurecer rapidamente e a lutar pelos seus objetivos acadêmicos e profissionais, ao contrario do que acontecia em Lagos, quando todos os seus privilégios eram cedidos de bandeja por um homem. Uju é o retrato da africana que se rende a influência americana, e se condiciona a pronunciar o inglês com o sotaque americanizado, alisa o cabelo, aceita condições injustas de trabalho e não permite que Ifemelu fale *Igbo* com seu filho, Dike, no ambiente domiciliar. Segundo Eliza de Souza Silva Araújo, Uju representa a “africana diaspORIZADA e assimilada”, que busca superar sua invisibilidade e falta de identificação em atitudes do dia a dia que a fazem se sentir mais próxima de uma americana e mais distante de uma nigeriana. (ARAÚJO, 2017, p.14)

Do outro lado do Atlântico, diretamente de Lagos, Adichie nos apresenta a Kosi, a nova esposa de Obinze, que após a traumática experiência como imigrante ilegal em Londres retorna à Nigéria e enriquece com trabalhos que a legalidade é questionável ao longo da trama. Kosi representa a “mulher troféu” da alta sociedade nigeriana. Absolutamente submissa, os interesses de

Kosi não vão além dos limites da mansão que mora com Obinze e da filha do casal. Interessante observar como Adichie sinaliza a beleza de Kosi, essa, que é associada a cor de sua pele, ainda que negra, bem clara se comparada ao resto da população nigeriana:

“Kosi riu. Da mesma maneira como ria, como quem se deleita com franqueza e aceitação com sua aparência, quando as pessoas lhe perguntavam “Sua mãe é branca? Você é mestica?”, por ela ter a pele tão clara. Aquilo sempre desconcertara Obinze, o prazer que ela sentia ao ser tomada por uma mulata.” (ADICHIE, 2016, p.29)

Enquanto na alta burguesia de Lagos ser mulata é um elogio, nos Estados Unidos não há grande diferenciação entre negros e mulatos, que são associados e discriminados da mesma maneira. Observamos essa como mais uma das heranças do pós colonialismo, que estabeleceu os padrões brancos de beleza dos homens brancos como sendo os desejáveis. Ao longo desse trabalho vamos observar algumas atitudes de resistência de Ifemelu ao fenótipo branco do colonizador que se contrapõem a postura de Kosi e também de sua tia Uju.

Outros pontos de análise interessante dos personagens construídos por Adichie são as mulheres do salão de beleza que Ifemelu vai para trançar seus cabelos. Apesar de serem pessoas de diferentes países da África, as próprias mulheres identificam umas as outras como africanas, ao invés de usarem seus países de origem:

“Ela conhece muito *igbo* na África. Vende tecido.”
 “Onde ela mora?”
 “Na África,”
 “Onde? No Senegal?”
 “No Benim.”
 “Por que você diz que ela mora na África em vez de dizer o país?” perguntou Ifemelu.
 Aisha deu uma risadinha: “Você não conhece os Estados Unidos? Você fala em Senegal para os americanos e eles dizem “Aonde fica isso?”. Minha amiga de Burkina Fasso, eles perguntam para ela “Seu país é na América Latina.” (ADICHIE, 2016, p.22)

O artigo publicado por Luana Thibes e Isaías de Carvalho, em artigo publicado em coautoria, esse é um dos reflexos da inferiorização dos africanos

nos Estados Unidos e sinais da sua perda de identidade, aonde assumem o papel do “imigrante negro” (THIBES, CARVALHO, 2013, p.109). Segundo a dupla de autores, Aisha, a cabelereira responsável por trançar o cabelo de Ifemelu é a personagem que reúne as características que a colocam na base da pirâmide hierárquica americana, por ser negra, imigrante, não escolarizada e mulher, mas essa combinação de fatores será abordada mais a frente. Aisha representa a inferioridade e subalternidade quase total dentro da sociedade americana. Até mesmo Ifemelu, por circular pelo meio acadêmico, e já morar nos Estados Unidos há muitos anos e possuir um *green card*, não se identifica com Aisha e fala com um “prazer perverso” sobre sua posição na renomada universidade de Princeton (THIBES, CARVALHO, 2013, p.112).

Minha proposta é pensar como *Americanah* expressa literariamente, com toda clareza, os dilemas da crítica literária que se coloca como feminista, confirmando premissas e apontando caminhos. Principalmente, vamos buscar entender as contradições no seio da denúncia da opressão, que em geral só tem consequência se feita após a compreensão, apropriação, domínio e uso da linguagem e da fala da classe dominante e do Império.

Impossível negar o caráter autobiográfico de *Americanah*. Além das semelhantes trajetórias de Ifemelu, protagonista do romance, e de Chimamanda, autora, como estudantes nigerianas nos Estados Unidos que usam do texto para desvendar dilemas sociais, algumas das situações do livro foram assumidamente retiradas da vida pessoal da escritora, como ela mesma revelou e confirmou em entrevista concedida ao jornalista Jorge Pontual, para o programa *Milênio*, do canal Globonews, em julho de 2017. Uma dessas situações aconteceu no Brasil, na passagem da autora pelo país, quando Adichie se colocou na fila para a classe executiva no aeroporto, e o comissário de bordo rapidamente a encaminhou para a outra fila, da classe econômica. Claramente, ele não conseguia supor que uma negra fosse passageira da classe executiva. Ainda assim, Chimamanda gosta de pontuar que o livro não é um relato biográfico, e na mesma entrevista sinaliza uma importante diferença em relação a protagonista da *Americanah*. Depois de seu primeiro ingresso nos Estados Unidos como estudante, Adichie retorna a Nigéria depois de quatro anos, enquanto Ifemelu demora 13 anos para retornar a seu país natal.

Sobre a possibilidade de considerar *Americanah* uma obra de autoficção ou de bioficção, essa não pode ser logo descartada. Segundo Ilana Goldfeld Carvalho, a autoficção é um estilo mais próximo da biografia, que usa a arte como elemento para preencher lacunas que são inerentes a memória. A autoficção é uma obra híbrida, que combina fatos e dados reais com criações do autor. A narrativa em terceira pessoa, em uma primeira análise, nos levaria a crer que *Americanah* não poderia se encaixar como uma obra de bioficção, mas segundo Antonia de Thuin, são os posts do blog de Ifemlu, que nos permitem olhar para essa classificação. Chimamanda usa trechos do blog de Ifemelu para quebrar a narrativa, e traz situações reais vividas por si própria, como o trecho do aeroporto no Brasil anteriormente mencionado. Para Thuin, a internet é a ferramenta que permite essa troca de narrador, do personagem para a autora. Enquanto o narrador, na terceira pessoa, conta do passado, a voz do presente, no blog, representa Ifemelu/Chimamanda na atualidade. As vozes narrativas separam o romance da autoficção:

“Chimamanda então não faz apenas uma bioficção porque ficcionaliza sua vida, mas na realidade aqui ela ficcionaliza o seu pensamento e suas opiniões. Não são os acontecimentos na vida do autor que criam a ideia de uma biografia em ficção, mas sim a forma como entra a voz da personagem em suas opiniões destacadas da narrativa. E a continuação do blog na internet com o que seria a vida da personagem após o fim do livro reforçam essa ideia. Ao comentar notícias de jornal e entrevistas nesse blog, que seria alimentado por Ifemelu, vemos as mesmas opiniões dadas por Chimamanda em suas entrevistas a respeito de África, feminismo e outros.” (THUIN, 2016, p.7)

Logo, podemos concluir que *Americanah* pode ser considerada uma obra híbrida, graças aos intervalos feitos na narrativa linear, em terceira pessoa, com posts para o blog *Raceteenth*, que trazem opiniões, sensações e histórias vividas por Chimamanda.

3.3) *Americanah* & Identidade

Adichie inaugura as páginas de *Americanah* com a ida de Ifemelu a um salão de beleza em um bairro distante de onde mora para trançar seu cabelo. A narrativa retorna diversas vezes a essa situação, com as reflexões de Ifemelu, que

acaba de abrir mão de sua vida americanizada e se prepara para retornar a Lagos. Aliás, o cabelo de Ifemelu talvez seja o segundo protagonista desse romance, que aborda identidade, raça e etnia através de nuances do cotidiano.

“Ifemelu tinha crescido à sombra do cabelo de sua mãe. Era preto retinto, tão grosso que sugava dois frascos de relaxante no salão, tão cheio que tinha de passar duas horas sob o secador, e quando finalmente era libertado dos bobes rosa, saltava, livre e vasto, cascadeando pelas costas como uma celebração.” (ADICHIE, 2014, p.49).

“Quando ela falou da entrevista em Baltimore, Ruth disse: “Meu conselho? Tire essas tranças e alise o cabelo. Ninguém fala nessas coisas, mas elas importam. A gente quer que você consiga esse emprego”.

(...)

Desde que tinha chegado aos Estados Unidos, ela trançava o cabelo com longos apliques, sempre espantada com o custo para fazê-lo. Usava cada penteado por três, até quatro meses, até seu couro cabeludo coçar de um jeito insuportável e as tranças começarem a sair de uma massa fofa de fios novos.” (ADICHIE, 2014, p.220)

Mais à frente na narrativa, em um post para seu blog, Ifemelu comenta o cabelo de Michelle Obama:

“Um agradecimento público a Michelle Obama e o cabelo como metáfora da raça

A Amiga Branca e eu somos fãs de Michelle Obama. Por isso, outro dia, eu disse à ela: “Será que Michelle Obama pôs mega-hair? O cabelo dela está mais cheio hoje e fazer escova todos os dias deve danificá-lo.” E ela disse: “Quer dizer que o cabelo dela não é daquele jeito naturalmente?” Só eu que acho, ou isso aí é a metáfora perfeita para a raça nos Estados Unidos? Cabelo. Já viu como, nesses programas de televisão que transformam a aparência da pessoa, as mulheres negras sempre têm o cabelo natural (crespo, enrolado, pixaim) na foto feia do “antes” e como, na foto bonita do “depois”, alguém pegou um pedaço de metal quente e queimou o cabelo delas para ficar liso? Algumas mulheres negras, tanto americanas como não americanas preferem sair peladas na rua a aparece em público com seu cabelo natural. Porque, veja bem, não é profissional, sofisticado, sei lá, simplesmente não é normal. (Por favor, pessoal dos comentários, não diga que é a mesma coisa que uma mulher branca que não tinge o cabelo.) Quando você TEM cabelo natural de negro, as pessoas acham que você “fez” alguma coisa com ele. Na verdade, as pessoas com os afros e os dreads são as que não “fizeram” nada com o cabelo. Você devia era perguntar à Beyoncé o que ela fez. (Nós todos

amamos Bey, mas que tal ela mostrar, só uma vez, como é o cabelo que sai natural de seu couro cabeludo?) Eu tenho cabelo crespo natural. Que uso em afros, tranças, trança de raiz. Não, não é uma coisa política. Não, eu não sou artistas plástica, poeta ou cantora. Também não sou natureba. Só não quero relaxar o cabelo – já estou em contato com muitas substâncias cancerígenas no meu cotidiano. (Aliás, será que a gente pode banir perucas afro no Halloween? O afro não é uma fantasia, pelo amor de Deus). Imagine se Michelle Obama se cansasse de toda aquela escova, decidisse usar o cabelo natural e aparecesse na televisão com o cabelo parecendo algodão, ou com ele bem crespo? (Nunca se sabe como a textura do cabelo de alguém vai ser. Não é incomum para uma mulher negra ter três texturas diferentes no cabelo). Ela ia ficar linda, mas o pobre do Obama sem dúvida ia perder o voto dos independentes e até dos democratas indecisos. (ADHICHIE, 2014, p.321)

Não são poucas as menções ao cabelo e os cuidados das mulheres negras com ele. A autora deixa claro como os fios afro são considerados um desprivilegio e até empecilho a uma vaga de emprego. No entanto, Adichie é uma defensora da quebra desses padrões estéticos que definem fios lisos como bonitos e desejáveis e da desconstrução de padrões eurocêntricos de beleza. A pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes em seu artigo “Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra” analisa a relação das mulheres negras com o cabelo e o corpo na construção de uma identidade, tendo como pano de fundo, as relações raciais da sociedade brasileira.

“O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo.” (GOMES, 2012, p.3)

Para as mulheres negras existe uma conexão ainda mais forte com seu cabelo com marca identitária, mas muitas vezes como um sinal de inferioridade. A mestrandia em letras, Vanessa Hack Gatteli aponta a importância do cabelo para mulheres em geral, que precisam mostrar não apenas competência para uma ascensão profissional mas também são cobradas pela sua aparência (GATTELI, 2016, p.3013). E seguindo os padrões de beleza mundiais, a preferência tende sempre a recair sob os fios lisos.

Em *Americanah*, Adichie apresenta os dilemas de Ifemelu com seu cabelo como uma das expressões de sua difícil adaptação a sociedade branca americana, e dentro do salão apesar das tantas tensões individuais – o ar condicionado que não funciona, Aisha que aperta demais as tranças de Ifemelu, o bebê que chora - havia uma “africanidade compartilhada” (ADICHIE, 2014, p.114). A partir de uma pesquisa feita em quatro salões étnicos da cidade e Belo Horizonte para sua tese de doutorado, Gomes coloca como esses espaços podem ser pontos de afirmação de uma “beleza negra” e de troca política e ideológica.

“Mesmo que não queiramos cobrar desses estabelecimentos uma eficácia política nos moldes tradicionais da militância, uma vez que são estabelecimentos comerciais e não entidades do movimento negro, o fato é que, ao se denominarem “étnicos” e se apregoarem como divulgadores de uma auto-imagem positiva do negro em uma sociedade racista, os salões se colocam no cerne de uma luta política e ideológica. A questão racial, em um país racista, será sempre política e ideológica, quer queiramos ou não, pois se contrapor ao racismo é se contrapor a práticas, posturas e ideologias” (GOMES, 2012, p.12)

No romance, quando Ifemelu se rende a pressão da amiga Ruth, e alisa seus fios cacheados, percebemos a violência ideológica e física que as mulheres negras sofrem para se parecerem com as brancas. “Mas olha como está bonito. Uau menina, você está com um balanço de branca!” - é o comentário que Ifemelu recebe da cabeleira após as horas de tortura com o produto relaxante na cabeça. (ADICHIE, 2014, p.220)

Sentimos um pouco das condições irreais de beleza pelas quais as mulheres negras são submetidas e da falta de referências para seus cabelos afros. Em entrevista para o jornal britânico *The Telegraph*, em abril de 2013, Adichie conta como aprendeu a amar seus cabelos, mas assim como Ifemelu, foi um longo processo de aceitação que passou por fios alisados, tranças e perucas, até chegar no momento atual, com cabelos afros naturais e livre de produtos. No livro *Para educar crianças feministas – Um manifesto*, publicado no Brasil em 2017, Chimamanda escreve uma carta para uma amiga que lhe pediu ajuda em como educar sua filha, recém-nascida, como uma feminista. Em quinze sugestões, Adichie elenca o que acha importante e que deve ser mudado na forma como educamos crianças, meninas ou meninos. No décimo tópico, Adichie aborda a

questão do cabelo, de como meninas são condicionadas a determinados padrões estéticos, enquanto meninos não sofrem com a mesma pressão:

“Tente não fazer do cabelo uma fonte de dor. Penso na minha infância e nas inúmeras vezes em que chorei enquanto meu cabelo longo e denso estava sendo entrançado. Penso num pacote de M&M’s sempre em frente de mim, como uma recompensa por ficar quieta enquanto faziam meu cabelo. E por quê? Imagine se não tivéssemos passado tantos sábados de nossa infância e adolescência fazendo o cabelo? O que poderíamos ter aprendido? De que maneiras poderíamos ter crescido? Afinal, o que os meninos faziam nos sábados?” (ADICHIE, 2017, p.57)

Interessante observar como apesar do status de ícone feminista, Chimamanda Adichie quebra paradigmas ao confessar sua obsessão com aparência e moda. Ainda na entrevista para o canal Globo News, ao ser indagada como sua vida mudou com a fama, a autora não titubeou, “agora eu posso comprar mais sapatos”, e sobre ser um ícone fashion, Chimamanda completa:

“Acho interessante o fato de vivermos num mundo em que não espera que mulheres “intelectuais” se importem com sua aparência. Ser intelectual e vaidosa é tão estranho que começam a te chamar de ícone. Eu simplesmente fui criada por uma mulher... Aliás, isso é muito comum na Nigéria: você deve cuidar da sua aparência. E cuidar da aparência é um sinal de respeito aos outros. A minha mãe deixava muito claro para nós: “Se forem sair de casa, devem estar apresentáveis.” Em igbo, ela dizia: “Você deve parecer uma pessoa”. Eu cresci sabendo que devia cuidar da, aparência. Isso é muito comum na Nigéria. Quando vim para os Estados Unidos, percebi que, se quer ser levada a sério, se é intelectual e principalmente se é mulher, não pode usar maquiagem porque será chamada de fútil. Suas roupas devem aparecer ligeiramente desleixadas, porque poderá dizer que está tão ocupada lendo livros que não teve tempo de passa-las. Eu cresci lendo livros e passando meus vestidos. Acho que há espaço para ambos.” (ADICHIE, 2017, 19:55)

Atualmente, Chimamanda Adichie é reconhecida por suas roupas irreverentes, coloridas, que vão de leggings cor de rosa para uma palestra no TEDXTalks a mangas bufantes e turbantes verde limão. E para seus compromissos públicos, Chimamanda usa apenas roupas de estilistas nigerianos, como parte de uma campanha que busca fortalecer a economia e produtores locais.

Adichie vai em confronto aos principais estereótipos da mulher feminista ao falar abertamente do seu gosto pela moda e de como se importa com sua aparência.

“Se ela gostar de maquiagem, permita-lhe se maquiar. Se gostar de estar na moda, deixe-a se vestir. Mas não tem problema se ela não gostar de nada disso. Não pense que criá-la como feminista significa forçá-la a rejeitar a feminilidade. Feminismo e feminilidade não são mutuamente excludentes e é misoginia sugerir que são. Infelizmente, as mulheres aprenderam a se envergonhar e a pedir desculpar por interesses que são tradicionalmente vistos como femininos, como moda e maquiagem. Mas nossa sociedade não espere que os homens se envergonhem de coisas geralmente consideradas masculinas—carros-esporte, certas profissões esportivas, etc. Do mesmo modo a maneira de se vestir dos homens nunca cria suspeitas como a maneira de vestir das mulheres—um homem bem-vestido não precisa se preocupar com certas suposições que, por estar bem-vestido, poderiam ser feitas sobre sua inteligência, sua capacidade ou sua seriedade.” (ADICHIE, 2017, p.55)

Em *Americanah*, Ifemelu percebe o cabelo afro como aspecto que a diferencia do contexto americano que a cerca. Sua ideia de beleza negra e suas percepções do próprio cabelo são intermeadas por terceiros que a enxergam como um elemento heterogêneo ao meio. O cabelo faz parte da metáfora de identificação de Ifemelu como mulher negra em uma sociedade branca e patriarcal. A partir da experiência feminina, Chimamanda constrói uma literatura de resistência que confronta paradigmas estabelecidos pelo meio intelectual machista. Uma protagonista negra e imigrante, assim como a autora da obra, que estabelece um discurso a partir de sua própria vivência e experiência, como a proposta da jornalista Mary Jacobus, mencionada no capítulo um desse trabalho.

A relação com seu cabelo e o estabelecimento de uma identidade própria como uma imigrante negra aos Estados Unidos é um dos pontos cruciais de *Americanah*. Mas ao longo da narrativa percebemos que a aceitação e compreensão do seu cabelo por parte de Ifemelu, passa invariavelmente pela cor sua pele. Seu cabelo e sua pele são fatores que pautam suas relações sociais, o modo como se comporta e seu desenvolvimento como indivíduo. Entramos agora na questão da raça em *Americanah*.

3.4) *Americanah* & Raça

“Eu sou de um país onde a raça não é um problema; eu não pensava em mim mesma como negra e só me tornei negra quando vim para os Estados Unidos.” (ADICHIE, 2014, p.315). Uma das mais comentadas passagens de *Americanah*, traz Ifemelu em uma discussão com uma mulher negra americana sobre relacionamentos inter-raciais. Enquanto estava na Nigéria, Ifemelu era uma jovem estudante, filha de uma mãe extremamente religiosa, em um país massacrado por ditaduras corruptas, assim como tantas outras adolescentes de sua geração. Ao desembarcar nos Estados Unidos, Ifemelu começa a entender que a cor e textura de sua pele e cabelo são fatores que vão pautar seus relacionamentos, sua carreira profissional e sua relação com seu país que mora.

A condição de um racismo velado existente nos Estados Unidos faz com que Ifemelu explore o cotidiano de um país que esconde o preconceito por baixo de uma toalha esfarrapada. Sem sutilezas e sem nuances, Ifemelu foge do politicamente correto em seu blog, escrevendo a partir de um país de obesos aonde as pessoas não devem ser chamadas de gordas, e sim de grandes. (ADICHIE, 2014, p.12).

Chimamanda se reconhece nessa afirmação, e em diversas entrevistas, inclusive a concedida a Jorge Pontual para a GloboNews, confessa que também não se via como uma mulher negra até chegar nos Estados Unidos:

“Na Nigéria eu não me identificava como negra, porque não precisava. O país é majoritariamente negro. Temos etnias, religiões e classes, como aspectos que identificam e dividem, mas não raça. Então, quando vim para os Estados Unidos, percebi que para muita gente, eu era negra. Mas esse não era o problema. O problema foi perceber que ser negra significava algo negativo. Percebi isso quando estava na sala de aula no início da faculdade e o professor chegou com trabalhos que tinha avaliado e disse: “Este é o melhor trabalho. Quem o escreveu?” Quando levantei a mão, ele pareceu muito surpreso. Foi apenas um momento, mas percebi que a surpresa era porque ele não esperava que a melhor redação fosse de uma negra. E sendo nigeriana, pensei: “Será que ele não sabe que todos os nigerianos são brilhantes?” Foi naquele momento que descobri o que ser negro significa aqui. E me vi resistindo a isso, não querendo ser identificada como negra, porque percebi que havia muitos estereótipos negativos ligados à raça. Até que comecei a ler, a aprender e a ouvir e entendi que a negritude é uma identidade que você pode definir. Hoje me identifico como

negra com orgulho, mas também é muito importante para mim resistir ao que acho que são estereótipos negativos e também perigosos.” (ADICHIE, 2014, 3:14)

Interessante observar como até mesmo a negritude é uma construção social. O significado de ser negra varia de acordo com a sociedade em que se insere. Assim como para Simone de Beauvoir, ser mulher é um produto da civilização, o mesmo pode ser colocado para a cor de pele, que se mostra insignificante enquanto na Nigéria, mas repleto de conotações negativas nos Estados Unidos.

Chimamanda comenta o tribalismo existente nos Estados Unidos como uma coisa que a surpreendeu. Afinal é algo que se espera da África, com suas tantas etnias e misturas de povos, mas não se fala do tribalismo existente na América. Em uma das passagens mais marcantes de *Americanah*, Ifemelu escreve para seu blog sobre a hierarquia social nos Estados Unidos:

“Entendendo a América para o Negro Não Americano:

O tribalismo americano

Nos Estados Unidos, o tribalismo vai muito bem, obrigado. Existem quatro tipos: de classe, ideologia, região e raça. Em primeiro lugar, vamos ao de classe. É bem fácil. Ele separa os ricos dos pobres.

Em segundo lugar, o de ideologia. Liberais e conservadores. Eles não apenas discordam em questões políticas, mas cada lado acha que o outro é malévolo. O casamento com uma pessoa da outra ideologia é desencorajado e, nas raras ocasiões em que acontece, é considerado espantoso. Em terceiro lugar, o de região. Entre Norte e Sul. Os dois lados lutaram numa guerra civil e as máculas dessa guerra persistem. Finalmente, o de raça. Existe uma hierarquia de raça nos Estados Unidos. Os brancos estão sempre no topo, especificamente os brancos, de família anglo-saxã e protestantes, conhecidos como *wasps*, e os negros sempre estão no nível mais baixo, enquanto o que está no meio depende da época e do lugar. (Ou, como dizem aqueles versos maravilhosos: “Se você é branco, tudo bem; se você é marrom, fique por aí; se você é negro, volte para casa!”) Os americanos presumem que todos vão compreender seu tribalismo. Mas demora um pouco para entendê-lo de fato. Quando eu estava na faculdade, tivemos um palestrante convidado e uma colega sussurrou para a outra: “Meu Deus, que cara de judeu ele tem”, e estremeceu, estremeceu de verdade. Como se ser judeu fosse uma coisa ruim. Não entendi. Para mim, o homem era branco, não muito diferente da menina que falara aquilo. Judeu, para

mim, era algo vago, bíblico. Mas aprendi rápido. Entenda, na hierarquia das raças dos Estados Unidos, os judeus são brancos, mas ficam um degrau abaixo dos brancos. Era um pouco confuso, porque eu conhecia uma menina de cabelo cor de palha e sardas que dizia ser judia. Como os americanos sabiam quem era judeu? Como minha colega sabia que aquele homem era judeu? Li em algum lugar que as faculdades americanas costumavam perguntar aos candidatos qual era o sobrenome de sua mãe, para ter certeza de que não eram judeus, porque não os aceitavam. Era assim que se sabia? Pelo sobrenome das pessoas? Quanto mais tempo você passar aqui, mais vai entender.” (ADICHIE, 2014, p.201)

A grande maioria dos textos para o blog, como o próprio título do canal sugere, “Observações diversas sobre negros americanos (antigamente conhecidos como crioulos) feitas por uma negra não americana” traz situações veladas de preconceito no cotidiano do americano. Em um país com heranças tão recentes da escravidão, esse não é um legado tão fácil de superar.

Angela Davis, em seu clássico *Mulheres, raça e classe*, contextualiza a condição da mulher negra na sociedade americana contemporânea através de fatos que mostram um histórico de opressão e desumanização construído sob o racismo:

“Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mãe, protetoras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias”. (DAVIS, 2016, p.17)

Segundo Davis, até a Revolução Industrial, as mulheres, apesar de já serem “seres do lar” conseguiam extrair da casa tarefas produtivas como funções manufatureiras e o próprio cultivo de terras. Ainda que tarefas domésticas, representavam uma contribuição à economia familiar. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, as funções domésticas foram reduzidas, e com elas o papel da mulher na sociedade. Não demorou para nascer a “exaltação da ideologia da maternidade” (DAVIS, 2016, p.19), uma ferramenta duplamente opressora, que além de colocar as mulheres como submissas e dependentes de seus maridos, lhes instituía a única e exclusiva função de reprodução da raça humana. No entanto, a ideologia da feminilidade não se estendia às mulheres negras, que aos olhos de

seus senhores eram apenas ferramentas “reprodutoras”, e tinham seus filhos, em muitas vezes, arrancados de si tão logo o nascimento. Em 1831, nasceu o movimento abolicionista organizado nos Estados Unidos, e não demorou para que mulheres brancas aderissem a causa dos escravos, pois compararam o casamento a uma situação de “escravidão”, ainda que sem algemas e chicotes:

“Em 1833, muitas dessas mulheres de classe média começavam a perceber que algo estava errado em sua vida. Como “donas de casa” na nova era do capitalismo industrial, elas perderam sua importância econômica no lar, e sua condição social enquanto mulheres sofreu uma deterioração semelhante. Nesse processo, entretanto, elas passaram a ter tempo livre, o que permitiu que se tornassem reformistas sociais – organizadoras ativas da campanha abolicionista. O abolicionismo por sua vez, conferia a ela as oportunidade de iniciar um processo implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar.” (DAVIS, 2016, p.49)

Entramos aqui uma das principais questões do feminismo na atualidade. Entre os séculos XIX e XX, o Brasil e o mundo viveram a primeira fase do feminismo, que tinha como principal bandeira a igualdade política e reabilitação da mulher ao ambiente público. A segunda onda, iniciada na década de 60, trazia como principais reivindicações a libertação social e do corpo da mulher, o direito ao aborto, ao prazer, um grito contra a violência sexual e doméstica. Nesse período, no Brasil, observávamos a participação das mulheres na resistência à ditadura militar. Durante a década de 90, o movimento feminista desviou seu foco para outras questões, a principal delas sendo como o discurso até então em voga, pelo próprio movimento era excludente e injusto. Judith Butler e Angela Davis são as maiores referências nesse momento, e apontam como as opressões recaem sobre as mulheres com pesos diferentes e a necessidade do movimento feminista representar as especificidades do gênero “mulher”, para que incluía questões raciais, de classe e de transgênero. Butler é o nome em questão quando se fala da problematização em generalizar o gênero feminino, enquanto Davis aponta como é fundamental considerar as intersecções de raça e classe dentro do feminismo para repensar a posição da mulher na sociedade contemporânea. A pesquisadora Djamila Ribeiro é bem clara ao colocar a importância da não generalização da categoria, em artigo publicado pela Carta Capital em novembro de 2014:

“A relação entre política e representação é uma das mais importantes no que diz respeito à garantia de direitos para as mulheres e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando. Se a universalização da categoria mulheres não for combatida, o feminismo continuará deixando de fora diversas outras mulheres e alimentando assim as estruturas de poder.” (RIBEIRO, 2014)

Segundo as pesquisadoras Fernanda da Silva Lima e Larissa de Fáveri Mattei é importante ressaltar as diferenças não só entre gênero, mas identificar as intersecções existentes dentro do feminismo. (LIMA e MATTEI, 2014). Podemos observar como graças ao processo de escravidão, as mulheres negras foram “coisificadas”, e posicionadas na hierarquia social como um ser ainda inferior as mulheres brancas e aos homens negros. Essa é uma das consequências da posição subalterna da mulher negra e da dificuldade que encontram de inserção no mercado de trabalho.

Ao longo de *Mulheres, raça e classe*, Davis é categórica ao afirmar a invisibilidade da mulher negra ao longo da História, desde a escravidão, passando pelo restrito acesso a educação, a emancipação política, e chegando as barreiras existentes a entrada no mercado de trabalho, que acabam associando a figura da mulher negra ao trabalho doméstico. Tendência observada com ainda mais clareza no Brasil como uma das marcas do regime escravocrata. Até mesmo na produção de sua própria narrativa, as mulheres negras foram silenciadas, o que mostra a relevância ainda maior de um nome como Chimamanda Adichie no mercado editorial. Raquel de Andrade Barreto em sua tese de mestrado cita como Davis critica o feminismo tradicional que reivindica uma essência feminina que não representa toda a totalidade do gênero (BARRETO, 2005, p.76) e a falta de representatividade das mulheres negras:

“É importante pontuar o silêncio das “mulheres de cor”
168 como produtoras de conhecimento sobre sua própria história e experiências. No caso das mulheres negras, a invisibilidade está nos estudos feministas clássicos, onde as experiências delas foram completamente ignoradas em nome de uma homogeneização da definição de mulher, apagando as dimensões de classe e raça/etnia. E também nas pesquisas sobre raça e etnicidade, nestas as experiências dos homens negros

foram consideradas como normas para toda a comunidade.”
(BARRETO, 2005, p. 76)

Na esfera nacional, Lélia Gonzalez é um dos principais nomes no que se trata da articulação entre fatores que colocam a mulher negra em condição de subalternidade. Segundo Raquel de Andrade Barreto, a inovação no pensamento de Lélia Gonzalez foi a inclusão do gênero no pensamento das relações raciais no Brasil. Gonzalez foi definitiva ao apontar como desde os tempos de escravidão, as mulheres negras, após trabalharem na lavoura, precisam prestar assistência aos seus próprios filhos e aos homens escravos, reforçando a ideia de que mulheres negras existem para servir. (BARRETO, 2005, p. 39)

Em *Americanah*, Chimamanda expõem os desafios encarados por Ifemelu como uma mulher negra e imigrante nos Estados Unidos, em diversas situações entendemos como o seu gênero junto da cor de sua pele a colocam em uma posição de inferioridade. Assim que desembarca nos Estados Unidos, antes mesmo de iniciar seus estudos, Ifemelu inicia uma traumatizante busca por emprego. Sua falta de experiência e de documentos que legalizassem sua estadia nos Estados Unidos, levam Ifemelu a dezenas de entrevistas fracassadas para cargos subvalorizados e de prestação de serviços braçais e pouco intelectuais. Ifemelu se culpa e não consegue entender o que está fazendo de errado para que não consiga nenhuma posição. Sua inocência e ingenuidade em relação a sociedade urbana americana ainda não a faz compreender que sua aparência e origem são os fatores que resultam em negativas de seus possíveis empregadores.

Até chegar ao anúncio de “assistente pessoal mulher para professor de esportes ocupado”, a personagem percebe que na verdade aquele homem branco buscava uma mulher para relaxamento, um eufemismo para serviços sexuais. Em uma situação de desespero total pela falta de dinheiro e oportunidades, Ifemelu aceita se deitar com o professor de esportes, situação que se torna uma mácula em sua vida e no relacionamento a distancia com Obinze até muitos anos depois:

“Ela se sentiu derrotada. Como era sórdido tudo aquilo, o fato de estar ali com um estranho que já sabia que ela ia ficar. Sabia que ia ficar pelo fato de ter ido. Já estava ali, já fora maculada. Ifemelu tirou os sapatos e deitou na cama dele. Não queria estar ali, não queria o dedo dele se movendo entre suas pernas, não queria ouvir os suspiros e gemidos dele em seus ouvidos, mas sentiu seu corpo despertando numa excitação

nauseante. Depois, ficou imóvel, enrodilhada e dormente. O homem não a forçara. Ela tinha vindo por conta própria. Tinha deitado naquela cama, e quando ele colocou sua mão entre as pernas dele, enroscou-se e moveu os dedos. Agora, mesmo depois de ter lavado as mãos, que seguravam a nota nova e fininha de cem dólares que o homem lhe dera, seus dedos ainda pareciam grudentos; não pertenciam mais a ela.” (ADICHIE, 2014, p.169).

Ifemelu se sente culpada pois se deitou com aquele homem por livre e espontânea vontade, mas o que a personagem não enxerga nesse momento da narrativa é que foi o sistema, patriarcal e racista que a colocou nessa condição. A exclusão das mulheres negras do mercado de trabalho faz delas as maiores vítimas de abuso e estupro, tanto por suas condições frágeis de subalternidade. Davis explica que desde a época da escravidão, quando os senhores viam os corpos de seus escravos como propriedade foi institucionalizado a violência e abusos contra a mulher negra. O estupro era pregado pelos proprietários de escravos não apenas como expressão de seus impulsos sexuais, mas também como ferramenta de dominação e manutenção da supremacia masculina (DAVIS, 2016, p.37). E mesmo após o fim da escravidão, a construção de estereótipos da mulher negra como sexualmente ativa e promiscua contribuem para a manutenção dessa ideologia:

“O racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual. Embora mulheres negras e suas irmãs de minorias étnicas tenham sido os alvos principais desses ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ilesa. O racismo sempre serviu como um estímulo ao estupro, e as mulheres brancas dos Estados Unidos necessariamente sofreram o efeito indireto desses ataques. Esta é uma das muitas maneiras pelas quais o racismo alimenta o sexismo, tornando as mulheres brancas vítimas indiretas da opressão dirigida especialmente às suas irmãs de outras etnias. (DAVIS, 2016, p.181)

Ao construir a narrativa de Ifemelu, Chimamanda Adichie rompe com o silenciamento das mulheres negras, e supera sua condição de opressão pelo sexismo e racismo vigente na sociedade contemporânea. Apoiada na construção

de gênero de Judith Butler e no cruzamento de opressões proposto por Davis, Adichie abre uma lacuna no discurso hegemônico e cria uma personagem, a luz de sua própria imagem, que como mulher negra se liberta das condições de subordinação pré-estabelecidas por uma sociedade patriarcal e racista. Adichie narra uma personagem que por uma combinação de fatores, que incluem a sorte, consegue oportunidades que a tiram do lugar comum que lhe caberia, de tarefas domésticas e de servidão e trilha uma carreira acadêmica e status de celebridade da internet. Indispensável observar a relevância do fato econômico e de classe, segundo Davis, essa é uma das características mais marcantes do racismo, “a concepção de que homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuiriam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. (DAVIS, 2016, p.180).

Podemos associar a terceira onda do feminismo, que busca dar voz a minorias silenciadas no grupo e a obra de Chimamanda Adichie à ginocrítica e a construção de uma nova crítica literária, que pautada pela experiência do feminino busca ressignificar sua contribuição cultural ao meio. A partir de suas experiências como mulher negra imigrante, Adichie desenvolveu a trama de *Ifemelu* e *Americanah*, colocando a sua vivência no centro da produção literária.

Ainda assim nos cabe adentrar no último tópico que irá nos ajudar a compreender o lugar de fala de Chimamanda Adichie na literatura feminista contemporânea. Ainda à luz do conceito de interseccionalidade cunhado por Angela Davis, vamos direcionar o olhar para a questão da classe, e como essa nos leva a entender a estrutura social contemporânea.

3.5) Americanah & Classe

A partir do lugar de fala de uma mulher negra e marginalizada começamos a entender a construção narrativa de Chimamanda Adichie na obra *Americanah*. Dos tantos pontos de encontro da ficção de *Ifemelu* com a biografia de Adichie observamos como foi possível à autora encontrar um espaço no meio literário, onde, como um reflexo da sociedade, o patriarcado racista é dominante. Retomando uma questão levantada no primeiro capítulo, como após 135 anos do nascimento de Virginia Woolf ainda há tão pouco espaço para grandes autoras mulheres? É a própria Woolf que começa a desvendar essa questão com a

constatação de que para escrever, uma mulher precisa de “um teto todo seu e 500 libras por ano” para produzir literatura. Teoricamente a independência do patriarcado foi alcançada, no entanto as mulheres ainda sofrem com a falta de condições equivalentes as dos homens no mercado de trabalho.

Davis dedica uma grande parte de sua obra *Mulheres, raça e classe* analisando como a industrialização é responsável pela divisão hierárquica do trabalho atualmente:

“Como Friederich Engels argumenta em sua obra clássica *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência da sua comunidade.” (DAVIS, 2016, p.227)

Com o desenvolvimento das sociedades capitalistas foram justamente as funções domésticas, que cabiam as mulheres, as mais desvalorizadas e desgastadas. Vale ressaltar que em uma sociedade pré-capitalista, as mulheres assumiam responsabilidades que ainda que domésticas, tinham prestígio e exerciam importante papel na economia do lar, como a produção de artigos de saúde, limpeza, roupas e também de alimentação como de pão, manteiga, entre outras coisas. No entanto, com o avanço da industrialização, não apenas as fábricas usurparam suas funções, mas como o valor da economia se distanciou para longe de casa. A produção voltada para o aumento lucro e valor de mercado e especulação se tornaram prioridade, enquanto o valor de produtos essenciais a vida familiar se desvalorizaram (DAVIS, 2016). Viviane Gonçalves Freitas, em artigo produzido para o X Encontro da ABCP, ressalta a ausência de valor e o alto grau de dependência econômica que o capitalismo monopolista determinou para os trabalhos domésticos e sua essência feminina:

“As atividades de cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras, babás, faxineiras, passadeiras entre outras são o reflexo de como tais afazeres se associam naturalmente às mulheres e, portanto, não teriam grande valor produtivo, não seriam bem remunerados, não teriam prestígio social, visto que é da “natureza” delas

executarem essas tarefas, não necessitando também de qualquer qualificação – ser mulher seria o suficiente. É importante ressaltar, ainda, que há uma relação entre os arranjos familiares convencionais – regidos pela divisão sexual do trabalho, principalmente – e a dominação sofrida pelas mulheres, visto que, entre os reflexos dessa relação, estão as violências sofridas por elas e o baixo grau de autonomia em razão da vulnerabilidade que esses arranjos ocasionam. (FREITAS, 2016, p.7)

Assim nasceu uma das mais debatidas figuras da sociedade contemporânea, a “dona de casa”. Modelo universal de feminilidade, guardiã da vida doméstica, a “dona de casa” é um subproduto do desenvolvimento capitalista desenfreado que nega o caráter econômico do lar. Mulheres “donas de casa” trabalham sem remuneração e sem prospecção de crescimento ou evolução, totalmente alienadas do mundo masculino do trabalho, executando tarefas primitivas isentas de teor intelectual. Nesse momento, Davis aponta como “o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro exorbitante para os capitalistas” (DAVIS, 2016, p.231). Interessante como Angela Davis observa a quase total estagnação das tarefas domésticas, que apesar da evolução dos utensílios da casa, ainda se mantem distante da projeção tecnológica das outras indústrias. A autora sugere algumas saídas para esse impasse de estruturas sociais, como a automação das funções da casa. Empresas responsáveis por fazer limpeza e manutenção da casa, com funcionários bem remunerados e em esquema fordista de execução; socialização das tarefas realizadas no âmbito domiciliar e até mesmo remuneração por serviços prestados pelas donas de casa. No entanto, é difícil calcular como os Estados trabalhariam para alocar toda uma classe de empregadas domésticas que precisariam ingressar no mercado de trabalho formal.

No entanto, esse conceito de “dona de casa” se aplicava majoritariamente a mulheres brancas de classe média e casadas. A experiência histórica das mulheres negras nos Estados Unidos e no Brasil nunca as permitiu o “luxo” de se dedicarem apenas a casa. Desde a época da escravidão, as mulheres negras trabalhavam até a exaustão em tarefas equivalentes à de seus companheiros, mas quando retornavam para suas famílias, ainda precisavam exercer as funções de cuidar dos filhos e marido (DAVIS, 2016, p.233). Apesar da relativa independência obtida, as mulheres negras pagam até hoje pela herança do período de escravidão. São elas as mais exploradas como trabalhadoras, mais discriminadas, maiores vítimas de estupro e as mais encarceradas. A pesquisa “O

emprego doméstico no Brasil”, feita pela Fundação Dieese em 2013, aponta a tendência do aumento do número de mulheres negras como empregadas domésticas no Brasil, que representam 61% da categoria.

Angela Davis não poderia deixar de se aprofundar na questão da mulher negra, que sofrem ainda mais com as heranças de um longo período de escravidão. Davis coloca a importância de combater o verdadeiro fato de opressão de gênero e raça, o sistema capitalista monopolista.

Seu argumento é construído em cima das combinações de fatores que colocaram a mulher nessa condição, a autora levanta a bandeira da não hierarquização das opressões, pois na verdade gênero, raça e classe devem ser analisados para entender a estrutura de sociedade atual.

Em discurso realizado na Fundação Cultural Palmares em homenagem a Lélia Gonzalez, Davis reforçou seu argumento sobre importância da interseccionalidade para entender o lugar de fala da mulher negra na atualidade:

“As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.” (DAVIS, 2011)

Ao longo de *Americanah*, podemos observar como tantas personagens negras, de Ifemelu a Tia Uju, passando por Ginika e até mesmo as “africanas” do salão de beleza, são submetidas a empregos e situações de degradação que são um resultado não apenas da cor de sua pele e gênero, mas também de sua classe social. Ao se tornar um membro acadêmico de Princeton, a própria Ifemelu se vê distante das cabeleireiras Aisha ou Mariama, pois o seu diploma a coloca em um outro nível social. Thibes e Carvalho entendem que há uma hierarquização das subalternidades em *Americanah*, que definem da seguinte forma:

- “a) Afro-americanas com formação acadêmica – são americanas de nascimento, e têm conhecimento acadêmico o suficiente para terem suas opiniões levadas em consideração;
- b) Africanas com formação acadêmica – apesar de serem

reconhecidas enquanto intelectuais, nasceram em meio a culturas consideradas por muitos como exóticas e primitivas;

c) Afro-americanas com menor escolaridade – são consideradas inferiores por serem mulheres, negras e sem estudo, mas não estão na base da subalternidade, pois nasceram em território americano e entendem plenamente os costumes do país;

d) Africanas com menor escolaridade – são mulheres, negras, sem estudo e não entendem plenamente os costumes do país. São vistas como exóticas, primitivas e incompreensíveis.” (THIBES, CARVALHO, 2013, p.111)

Pela leitura do romance é possível encaixar personagens negras nas categorias definidas acima, Shan, a bela e inteligente irmã de Blane, o namorado perfeito de Ifemelu, é a afro-americana com formação acadêmica, que paternaliza e diminui Ifemelu por causa de suas origens “tribais” e estrangeiras. Ifemelu é uma africana inserida no meio acadêmico que ainda conquistou um lugar de fala na internet como referência de questões da mulher negra nos Estados Unidos. Por sua vez, Aisha, Mariama e Tia Uju podem ser classificadas como africanas de menor escolaridade, em uma constante luta pela adaptação e absorção de costumes locais.

Dessa forma podemos observar o cruzamento de fatores que levam a opressão. As mulheres, que como gênero são vítimas do patriarcado, ainda são reduzidas socialmente por conta de sua raça, quando são negras ou indígenas, e por fim, pelo seu nível educacional. Esse último podemos relacionar com a questão de classe, afinal quem está no topo da pirâmide hierárquica tem acesso ao binômio tempo x dinheiro, que permite o acesso a educação.

Chegamos quase ao fim desse trabalho entendendo de que forma a classe social também é fator determinante de opressões, mas como através dele, a autora Chimamanda Adichie, e também a personagem Ifemelu rompem com suas condições de subalternidade para assumir a narrativa de suas próprias histórias.

Em dado momento do romance, Adichie através da voz de Ifemelu, admite esse cruzamento de opressões nas relações sociais, “Às vezes, nos Estados Unidos, raça é classe” (ADICHIE, 2016). Quando trabalhava como babá, Ifemelu recebe um limpador de carpetes na casa de sua empregadora, e o homem a trata com desconfiança e presunção, pois assumiu que uma mulher negra fosse a dona daquela mansão. Mas ao entender que Ifemelu era uma empregada como ele, sua hostilidade passou.

Ao longo do romance, a partir da evolução da educação acadêmica de Ifemelu percebemos que a personagem passa a se colocar em outro nível social, comportamento que observamos no distanciamento que acontece no salão de beleza, mas permanece nas relações que retoma com as amigas nigerianas de volta a Lagos. Em dado momento, Ifemelu escreve um post para seu novo blog, que aborda o comportamento da sociedade de Lagos, e fala das jovens “com Fontes Desconhecidas de Riqueza”. A personagem não esconde o tom de crítica e superioridade ao escrever sobre como essas mulheres “definem sua vida pelos homens que jamais poderão ter, tolhidas por sua cultura de dependência, com desespero nos olhos e bolsas de marca nos braços” (ADICHIE, 2016, p.455).

Graças a sua formação superior nos Estados Unidos, Ifemelu atinge uma ascensão social. Sua família, de origem pobre, venceu as condições adversas impostas pelo governo nigeriano ao conseguir que sua filha fosse para a América para garantir seu diploma de ensino superior. A bolsa de estudos na faculdade e a presença de sua Tia Uju foram fatores decisivos para que Ifemelu alcançasse esse privilégio do intercâmbio, considerando a classe social de sua família.

No entanto, se olharmos para Chimamanda Adichie, apesar de tantas semelhanças com Ifemelu, a condição social da autora e da personagem se diferem drasticamente. Em entrevista concedida a Dave Egger para a revista *T*, o suplemento semanal do jornal nova-iorquino *New York Times*, Adichie revela que cresceu em uma família de classe média alta, e seus dois pais trabalhavam na University of Nigeria (EGGERS, 2017, p.52). Se hoje, Adichie é um fenômeno global da literatura e da luta por iguais condições de gênero e raça, é porque sua voz se faz ouvir e supera as limitações do colonialismo patriarcal. Adichie ao buscar essa formação acadêmica nos Estados Unidos, e hoje, se dividir entre Lagos e Maryland, se insere no discurso patriarcal pós-imperialista, e dele extrai seu lugar de fala para construir sua própria narrativa. O que podemos observar é que sua classe foi fato decisivo que permitiu esse embarque e imersão na cultura e estilo de vida americano. Afinal, na Nigéria, assim como acontece no Brasil, uma graduação no exterior é um privilégio que pode ser alcançado por uma pequena parcela da sociedade. Thibes e Carvalho apontam a importância de se observar todos os fatores que delimitam a subalternidade, e no caso de Chimamanda, que a ajudam a superar sua condição:

“Por sua vez, Spivak (1994) afirma que, ao invés de pensar na noção de subalternidade delimitada pelo imperialismo, deve-se pensar na noção de feminino, que foi utilizada por variedades da crítica feminista. Nesse caso, a relação entre a mulher e o silêncio pode ser construída pelas próprias mulheres, quando diferenças étnicas e classe social se agrupam sob essa relação. Em outras palavras, o local de subalternidade ocupado pela mulher – duplamente, no caso da mulher negra, e triplamente, pela mulher negra e pobre – a silencia. Assim, os estudos subalternos devem levar em conta essa realidade, evidenciando-a em busca de mudanças.” (THIBES, DE CARVALHO, 2013, p.104)

Adichie se aproveita da sua posição social, de classe média alta nigeriana, para dar luz e construir uma ficção de torno de uma personagem totalmente marginalizada e invisível, Ifemelu. Davis observa que mulheres negras garantem maior visibilidade e projeção em suas carreiras ou lutas pessoais quando são oriundas da classe média.

“Um outro ponto que gostaria de abordar é o fato de que, quando as mulheres negras adquirem mais visibilidade, sempre se trata de mulheres de classe média. Gostaria de voltar ao século XIX, quando existiam clubes de mulheres negras que utilizavam o seguinte slogan: “Puxar para cima enquanto a gente avança”. Isso para explicar a relação atual entre as mulheres negras de classe média e as pobres a partir de um novo projeto.” (DAVIS, 2011)

No entanto, como já foi apontado anteriormente, classe e raça se confundem, em uma relação indissociável. Adichie se utiliza do seu privilégio de classe para além de investir em sua formação acadêmica, viver da sua literatura. Como já antes mencionado por Virginia Woolf, essa é uma das condições *sine qua non* para que uma mulher consiga escrever e promover sua literatura.

Ao longo desse estudo, podemos constatar como pode ser problemática a visão do movimento feminista como algo uno, são muitas as nuances que determinam o lugar de fala, e em um mundo pós-colonial e racista não podemos hierarquizar as opressões. Essas devem ser analisadas conjuntamente para entendermos as condições de subalternidade atuais. A pesquisadora Claudia Pons Cardoso aponta a importância do cruzamento de raça, classe e gênero em nível global para a construção de uma teoria transnacional sobre racismo e opressão e elaboração de um discurso de resistência:

“A tradução de teorias é uma metáfora para descrever como o deslocamento das ideias está profundamente imerso em questões mais amplas de globalização. A política é construída através do tráfico de teorias e práticas feministas, atravessando fronteiras geopolíticas e disciplinares. É o ir e vir de "[...] insights dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e do feminismo pós-colonial do norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do Sul, e vice-versa". Pode-se entendê-la, também, como uma simbologia de transgressão das imposições e regras da "colonialidade do poder", com suas fronteiras fortemente erigidas, mantendo afastados dos países do norte imigrantes indesejados, os não brancos do Sul.” (CARDOSO, 2014).

Chimamanda Adichie nos ajuda a enxergar como raça, gênero e classe são sim fatores que definem as estruturas de dominação na sociedade, e como a articulação dessas questões é fundamental para a projeção da escrita feminina em um panorama cultural global. Assim como Beauvoir coloca que ser mulher é uma construção social, ser negra e ser pobre também são. Como podemos observar pelos escritos e pela biografia de Adichie o movimento de resistência passa pelo processo de deixar de se definir pelo outro, mas também inclui a compreensão dos privilégios que podem ser essenciais para uma projeção e estabelecimento profissional.

Ainda que classe e raça sejam fatores que caminham de mãos dadas, principalmente em países ocidentais e de maioria branca como Brasil e Estados Unidos, o fator econômico ainda é de grande importância, se não absolutamente fundamental na sociedade capitalista que vivemos.

Como mulher negra e marginalizada, Adichie sofre por estar na parcela mais marginalizada da hierarquia social, mas sua classe social dentro do seu microcosmos a possibilita uma projeção profissional que vai dos Estados Unidos a Nigéria.

Considerações Finais

Ao longo desse estudo buscamos entender de que maneira a literatura de cunho feminista pode se inserir e se colocar na sociedade contemporânea como consegue denunciar a situação de opressão da mulher, com quais recursos literários e/ou teóricos e com quais desdobramentos. E da mesma maneira como se dá com o movimento feminista em si, podemos observar que a crítica literária da produção ficcional feminista está em processo de construção; bases teóricas e metodologia ainda em busca de definição e linhas precisas. Mas há uma premissa que podemos considerar inegável: a produção cultural e literária feminina é um reflexo do sistema capitalista patriarcal e racista em que vivemos. O espaço para as mulheres nesse campo da criação humana é limitado pelo próprio cânone e também pelas condições opressoras das relações entre os gêneros. O conceito de interseccionalidade de Angela Davis é o instrumento teórico para destrinchar essa problemática.

A análise da obra de Elaine Showalter nos trouxe uma reflexão sobre o vácuo em que se encontra a crítica feminista, um “território selvagem”, tal como definido pela autora. Heloísa Buarque de Hollanda também observa como a voz feminista ainda se vê à procura de seu espaço no quadro da literatura pós-moderna e delineia como esta pode chegar a uma metodologia própria em meio ao universo teórico de críticas liberais. Podemos observar que ambas as autoras enxergam a própria existência de uma literatura e uma crítica feminista como forma de resistência ao cânone.

Em 1929, na obra *Um teto todo seu*, a inglesa Virginia Woolf fez uma constatação que resumiria a condição da mulher no meio cultural até os dias de hoje. Para escrever uma mulher precisa de um “teto todo seu e 500 libras por ano”. Realidade que observamos até a contemporaneidade: afinal, a superação da obrigatoriedade das tarefas domésticas e a conquista da independência econômico-financeira são as condições e fatores fundamentais para o fim da dominação patriarcal e a possibilidade de uma vida baseada na produção intelectual. Woolf ressalta a ausência da figura feminina em espaços acadêmicos. O acesso à educação é o fator capacitador que abre para as mulheres a

emancipação financeira e social. Observamos autoras como as irmãs Charlotte, Anne e Emily Brontë utilizaram a escrita como ferramenta de denúncia da condição oprimida das mulheres na sociedade.

Retomando a crítica literária feminista segundo Showalter, entendemos que cabe às mulheres reivindicar sua voz e experiência na interpretação de textos e obras. E ao movimento feminista fica o desafio de estabelecer uma metodologia que funcione dentro do cânone mas também estabeleça novos parâmetros que atendam a suas demandas e questionamentos. Cunhada por Showalter, a ginocrítica se apresenta como o estudo da mulher como escritora e leitora a partir de sua própria experiência e vivência – uma união dos fatores que fazem das mulheres um grupo literário distinto.

Olhamos então para a vida e obra de Chimamanda Adichie como representações do feminismo na literatura contemporânea. A nigeriana é uma referência global quando se fala de gênero e raça, e através de suas obras, entrevistas e palestras, estabelece um novo lugar de fala para o feminismo. Um dos grandes destaques desse estudo é a superação de um dos fatores que causam a subalternidade de Chimamanda, que se opera pelo seu gênero, raça, e origem de classe em um contexto pós-colonial. Em seu romance *Americanah*, a personagem Ifemelu passa por diversos momentos de invisibilidade nos Estados Unidos. Traçando um paralelo com a trajetória de Adichie podemos entender como a própria autora venceu a proibição sobre o subalterno e sua incapacidade de se fazer ouvir, processo descrito por Gayatri C. Spivak.

Como mulher negra e marginalizada, Adichie sofre por estar na parcela mais subalterna da hierarquia social, mas sua classe e formação acadêmica oferecem-lhe recursos para assumir a responsabilidade de contar sua própria história e se fazer ouvir. No caso em questão falamos da obra *Meio sol amarelo*, em que Adichie relata a Guerra de Biafra a partir do ponto de vista de cinco personagens ficcionais contra um denso pano de fundo histórico, fruto de vasta pesquisa em arquivos e também de relatos de pessoas da família de Adichie.

A escrita em inglês de Adichie é um fator importante para entendermos sua projeção internacional. Ao abraçar a herança cultural do colonialismo e escrever em inglês, Adichie constrói um projeto literário que visa a alcançar um número muito maior de leitores do que poderíamos conceber se escrevesse ela em *igbo*. Mas a frequente utilização de termos em *igbo*, aspecto notável e

marcante de sua linguagem literária, não esconde uma vontade de afirmação de resistência linguística. A própria visão de Chinua Achebe, grande autor da literatura nigeriana contemporânea, de que qualquer língua falada na África é africana, funciona como argumento e justificativa para a utilização do inglês como forma de estabelecer uma nova cultura literária.

As participações de Chimamanda Adichie no TED Talks, especialmente *O perigo da história única*, abrem uma importante reflexão sobre o longo e extenso debate acerca da figura e do estereótipo do Outro. Podemos observar a herança do pós-colonialismo à luz das obras de Edward Said, analisando ainda as microestruturas de poder existentes na sociedade, entendidas a partir de Foucault. Adichie, assim como Said, representa uma voz que busca reconstruir a história do colonialismo a partir do ponto de vista do colonizado, apenas ela o faz por meio da linguagem ficcional em vez da ensaística. O romance é a ferramenta utilizada para essa intervenção no discurso hegemônico, levando a novos canais plurais de percepção e problematização da condição da mulher na era pós-colonial. O grande mérito da escolha pela ficção é claramente ampliar a acessibilidade das mulheres contemporâneas à discussão dessa temática.

A obra de Angela Davis é fundamental para entendermos o lugar de fala de Chimamanda Adichie no contexto pós-colonial racista e sexista contemporâneo. A herança da escravidão e do colonialismo junto do trator social do capitalismo foi a ferramenta opressora que colocou a mulher negra e pobre em condição de quase absoluta desumanização.

A trajetória de sucesso de Adichie é o fator que nos traz ainda maior curiosidade para entender como essa nigeriana superou tantas condições de “invisibilidade” e alcançou seu imenso prestígio internacional. A conclusão a que chegamos é que, apesar de gênero e raça serem decisivos, em seu caso, a posição de classe privilegiada que lhe deu acesso a impecável formação acadêmica permitiu a legitimação de sua obra e de seu nome como uma voz de primeira linha nos debates feministas, pós-coloniais e de raça.

Ao longo dessa pesquisa, reunimos e analisamos alguns nomes do feminismo, que, independentemente de seus tempos e contextos históricos, compartilham a ideia de que as opressões não devem ser hierarquizadas. Spivak, Judith Butler e Davis defendem que o feminismo não pode ser uma bandeira una, mas sim compreendido em suas nuances e combinado a outras condições de

subalternidade. No entanto, Adichie nos apresenta uma situação em que a classe é fator predominante sobre os outros para a superação da condição de opressão. Em uma situação de privilégio social, recursos financeiros, culturais e acadêmicos, tais como usados por essa grande autora nigeriana, propiciam eficácia no enfrentamento da discriminação por gênero e raça. Essa interpretação, que talvez fosse criticada como de caráter marxista ortodoxo pelas pensadoras acima mencionadas, exatamente por não abarcar a complexidade das contradições sociais de classe, de raça e de gênero, dando maior poder de determinação a um dos conceitos, é no entanto inegável no caso da autora em questão. Ainda que Davis seja marxista, o ortodoxismo coloca classe acima de gênero e raça, enquanto o feminismo marxista de Davis propõem pensar esses fatores em conjunto. A primazia da classe – com sua origem numa família de alta classe média na Nigéria oferecendo-lhe o custoso investimento de uma primorosa formação acadêmica norte-americana, foi determinante para a construção da voz de Chimamanda Adichie, seu sucesso profissional e sua capacidade de se fazer ouvir globalmente na luta contra a opressão das mulheres negras no mundo ocidental.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Americanah*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Meio sol amarelo*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *No seu pescoço*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br (acesso em novembro 2017).

ARAUJO, Eliza de Souza Silva. *Traçando histórias, tecendo trajetórias: a consciência diásporica em Americanah, de Chimamanda Adichie*. 2017. 105p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. 128p. Dissertação (Mestrado) – PUC Rio. Departamento de História.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALKIN, Jessamy. *Love in the time of cornrows: Chimamanda Ngozi Adichie on her new novel*. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/culture/books/authorinterviews/9968921/Love-in-the-time-of-cornrows-Chimamanda-Ngozi-Adichie-on-her-new-novel.html> (acesso em novembro 2017)

CARDOSO, Cláudia Pons . Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 22, p. 965, 2014.

CARVALHO, Bruno Sciberras. Representação e Imperialismo em Edward Said. *Mediações*, Londrina, v.15, n.2, p.42-60, Jul/Dez 2010.

CARVALHO, Ilana Goldfelg. Autoficção e os discursos pós modernos. XV Abralic. Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491247270.pdf> (acesso em novembro 2017)

CASSILHAS, Fabricio Henrique Meneghelli. *A interculturalidade em Half of a Yellow Sun, de Chimamanda Ngozi Adichie: uma análise comparativa da traduções portuguesa e brasileira*. 2016. 126p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Estudos de Tradução.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>> (acesso em dezembro 2017)

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

EGGERS, Dave. Chimamanda Ngozi Adichie: a writer of richly human fictions who has also become a defining voice on race and gender for the digital age. *The New York Times Style Magazine*, Nova York, p.52. 21 de outubro 2017

FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras na imprensa feminista brasileira: um recorte de duas décadas. In: 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. Anais do 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

GATTELI, V. H. . Negociações identitárias em “Esse Cabelo”, de Djamilia Almeida e “Americanah”, de Chimamanda Adichie. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491411716.pdf>

GOMES, NILMA LINO. *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf> (acesso em novembro de 2017).

LIMA, Fernanda da Silva. ; MATTEI, Larissa de Faveri . Da escravidão para o trabalho doméstico no Brasil: as desigualdades entre as mulheres brancas e negras à luz do feminismo negro e da discriminação

interseccional. In: V SIES - Seminário Internacional de Educação Sexual: saberes transversais, currículos identitários e pluralidade de gênero, 2017, Maringá/ PR. V SIES - Seminário Internacional de Educação Sexual: saberes transversais, currículos identitários e pluralidade de gênero. Maringá: Editora da UEM, 2017. v. 1. p. 1-14.

MILENIO. Escritora militante feminista tem livro lido por toda Nova York. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/6030211/> (acesso em novembro 2017).

NUNES, Alyxandra Gomes. *Things fall apart de Chinua Achebe como romance de fundação da literatura nigeriana em língua inglesa*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, SP.

PIMENTEL, Renata. *Olhares femininos na crítica pós-moderna: A questão do gênero; o lugar da diferença; uma nova leitura da identidade e do sujeito*. Em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/563/733> (acesso em outubro 2017).

RESENDE, Roberta Mara. *Gênero e nação na ficção de Chimamanda Ngozi Adichie*. 2013. 107p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del Rey, Programa de Mestrado em Letras, MG.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. *Carta Capital*, São Paulo, 2014. Em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html> (acesso em dezembro 2017).

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Bêtanía Avila. Em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf> (acesso em outubro 2017).

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

THIBES, L. C. ; CARVALHO, I. F. . A mulher negra em Americanah: níveis de subalternidade nos EUA do século XXI. *Litterata - Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*, v. 3, p. 103-116, 2013.

THUIN, Antonia Costa de . Americanah: a terceira diáspora como bioficção. In:

IV Colóquio Internacional 'Literatura y Vida', 2016, Rosário. Actas Coloquios, 2016.

THUIN, Antonia Costa de. CUNHA, E. L. . Um autor, dois países, três falas. In:

XV Encontro Abralic, 2017, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Abralic, 2016.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.